

artigo atual	redação atual - Onde se lê	novo artigo	redação proposta/motivos - Leia-se
CAPÍTULO I			
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES			
Art. 1º		Art. 1º	
art. 1º, § 1º		art. 1º, § 1º	
art. 1º, § 2º		art. 1º, § 2º	
CAPÍTULO II			
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL BÁSICA			
Art. 2º	Art. 2º A ANS terá a seguinte estrutura básica:		Art. 2º A ANS terá a seguinte estrutura organizacional básica:
2º, I, a	a) Presidência - PRESI	art. 2º, II	alterada a posição dessa alínea no normativo, pois de acordo com a lei 9656/98, a DICOL é formada por 5 diretorias, sendo uma delas o diretor presidente e não um órgão. Foi criado o inciso II.
2º, I, a, 1	1. Secretaria-Geral - SEGER	art. 2º, II, a	alterada a posição dessa alínea, em função da alteração acima, por não fazer parte da estrutura organizacional básica, prevista na lei 9961/2000 (já tivemos outra estrutura). Se tornou a alínea a, do inciso II do art. 2º
2º, I, a, 2	2. Gabinete - GAB	art. 2º, II, b	alterada a posição dessa alínea, em função da alteração acima, por não fazer parte da estrutura organizacional básica, prevista na lei 9961/2000 (já tivemos outra estrutura). Se tornou a alínea b, do inciso II do art. 2º
art. 2º, II	II - Procuradoria Federal junto à ANS - PROGE;	art. 2º, III	III – Unidades organizacionais específicas vinculados a DICOL
art. 2º, III	III - Ouvidoria - OUVID;	art. 2º, III, a	Procuradoria Federal junto à ANS - PROGE;
art. 2º, IV	IV - Corregedoria - PPCOR;	art. 2º, III, b	Ouvidoria - OUVID;
art. 2º, V	V - Auditoria Interna - AUDIT;	art. 2º, III, c	Corregedoria - PPCOR;
art. 2º, VI	VI - Câmara de Saúde Suplementar - CAMSS	art. 2º, III, d	Auditoria Interna - AUDIT;
art. 2º, VII	VII - Comissão de Ética - CEANS	art. 2º, III, e	Câmara de Saúde Suplementar - CAMSS

		art. 2º, III, f	Comissão de Ética - CEANS
art. 2º, § 1º	§1º A PROGE, a OUVID, a PPCOR, a AUDIT, a CAMSS e a CEANS são órgãos vinculados à DICOL.		Excluído face a criação no inciso III do art. 2º.
art. 2º, §2º	Os demais órgãos integrantes da estrutura organizacional da ANS estão representados no organograma de que trata o Anexo I da presente Resolução Normativa;	art. 2º, § 1º	Todos os órgãos integrantes da estrutura organizacional da ANS estão representados no organograma de que trata o Anexo I da presente Resolução Normativa;
art. 2º, §3º	As atribuições dos órgãos que compõem a estrutura básica da ANS, bem como as dos órgãos que a completam estão definidas no Capítulo III da presente Resolução Normativas.	art. 2º, § 2º	As atribuições dos órgãos que compõem a estrutura organizacional básica da ANS, bem como as dos órgãos que a completam, estão definidas no Capítulo III da presente Resolução Normativa.
Art. 3º		Art. 3º	
Art. 4º		Art. 4º	
Art. 5º	Os Diretores serão substituídos pelo respectivo Diretor-Adjunto	Art. 5º	Os Diretores serão substituídos pelo respectivo Diretor-Adjunto, observando-se o disposto no parágrafo único do art. 76.
CAPÍTULO III			
DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS			
DICOL			
Art. 6º, I		Art. 6º, I	
Art. 6º, II		Art. 6º, III	
Art. 6º, III		Art. 6º, IV	
Art. 6º, IV		Art. 6º, V	
Art. 6º, V	definir o diretor responsável por cada Diretoria	Art. 6º, II	definir o diretor responsável por cada Diretoria, delegando atribuições específicas relativas aos atos de gestão da ANS (junção do inciso II com o inciso XIII)
Art. 6º, VI		Art. 6º, VI	
Art. 6º, VII		Art. 6º, VII	
Art. 6º, VIII		Art. 6º, VIII	

Art. 6º, IX	IX - propor ao Ministro do Estado as políticas, diretrizes gerais e normas, quando for o caso, do setor de saúde suplementar, destinadas a permitir à ANS o cumprimento de seus objetivos;	Art. 6º, IX	IX - propor ao Ministro de Estado da Saúde as políticas, normas e diretrizes gerais e governamentais, quando for o caso, do setor de saúde suplementar, destinadas a permitir à ANS o cumprimento de seus objetivos; (junção do inciso IX com o XII)
Art. 6º, X		Art. 6º, X	
Art. 6º, XI		Art. 6º, XI	
Art. 6º, XII	Revogado pois foi inserido no inciso IX		
Art. 6º, XIII	Revogado pois foi inserido no inciso II		
Art. 6º, XIV	XIV - apreciar o plano anual de atividades de auditoria interna, bem como os relatórios apresentados pela Auditoria Interna	Art. 6º, XII	XII - apreciar o plano anual de atividades de Auditoria Interna, bem como seus relatórios apresentados
Art. 6º, XV		Art. 6º, XIII	
Art. 6º, XVI		Art. 6º, XIV	
Art. 6º, XVII		Art. 6º, XV	
Art. 6º, XVIII	XVIII – indicar um dos diretores para responder interinamente por diretoria na hipótese de vacância;	Art. 6º, XVI	indicar um dos diretores para responder interinamente por outra diretoria na hipótese de vacância
Art. 6º, XIX	XIX – autorizar a celebração de termo de compromisso de ajuste de conduta e de termo de compromisso;	Art. 6º, XVII	autorizar a celebração de Convênio, de Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta – TCAC, de Termo de Compromisso ou de Cooperação - TC, e de Termo de Ajuste - TA;
Art. 6º, XX		Art. 6º, XVIII	
Art. 6º, XXI		Art. 6º, XIX	
Art. 6º, XXII		Art. 6º, XX	
Art. 6º, XXIII		Art. 6º, XXI	
Art. 6º, XXIV		Art. 6º, XXII	
Art. 6º, § único			
SEGER			
Art. 7º		Art. 7º	

Art. 7º, I	organizar as reuniões da DICOL	Art. 7º, I	administrar as reuniões que servirão de insumo técnico para a reunião da DICOL, e as reuniões ordinárias ou extraordinárias da DICOL, assim como na transmissão ao vivo das reuniões da DICOL ;
Art. 7º, II	Revogado		
Art. 7º, III		Art. 7º, II	
Art. 7º, IV	Revogado		
Art. 7º, V	V - planejar, orientar e controlar as atividades afetas às áreas da Secretaria Geral;	Art. 7º, III	III - coordenar, planejar, orientar e supervisionar as atividades afetas a Secretaria Geral e as áreas integrantes de sua estrutura regimental (junção dos incisos III e XVI)
Art. 7º, VI	Revogado		
Art. 7º, VII	Revogado		
Art. 7º, VIII		Art. 7º, IV	
Art. 7º, IX	Revogado		
Art. 7º, X	Revogado		
Art. 7º, XI	Revogar, competência GEADC		
Art. 7º, XII	XII - instaurar o inquérito para apuração das causas que levaram a ex-operadora de planos de saúde à liquidação, falência ou insolvência e as responsabilidades dos seus ex-administradores e ex-membros do Conselho Fiscal que aludem os arts. 41 a 45 da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, aplicados por força do Art. 24-D, da Lei nº 9.656, de 1998;	Art. 7º, VI	VI - instaurar o inquérito administrativo para apuração das causas que levaram a ex-operadora de planos de saúde à liquidação extrajudicial , falência ou insolvência civil e as responsabilidades dos seus ex-administradores e ex-membros do Conselho Fiscal a que aludem os arts. 41 a 45 da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, aplicados por força do Art. 24-D, da Lei nº 9.656, de 1998, supervisionando-o;
Art. 7º, XIII	revogar, pois implícito em outros incisos (VI, por exemplo)		
Art. 7º, XIV	XIV - solicitar informação a qualquer autoridade, repartição pública, cartórios judiciais e extrajudiciais, ao juiz da falência ou da insolvência civil, ou outro que detenha tal competência, ao Ministério Público, ao administrador judicial ou liquidante	Art. 7º, VII	solicitar informação a qualquer autoridade, repartição pública, cartórios judiciais e extrajudiciais, ao juiz da falência ou da insolvência civil, ou outro que detenha tal competência, ao Ministério Público, ao diretor técnico, ao diretor fiscal , ao administrador judicial ou ao liquidante extrajudicial
Art. 7º, XV		Art. 7º, V	
Art. 7º, XVI	XVI - coordenar, planejar e supervisionar as atividades das áreas integrantes de sua estrutura regimental;	Art. 7º, III	III - coordenar, planejar, orientar e supervisionar as atividades afetas a Secretaria Geral e as áreas integrantes de sua estrutura regimental (junção dos incisos III e XVI)
Art. 7º, XVII		Art. 7º, VIII	
Art. 7º, XVIII		Art. 7º, IX	

Art. 7º, XIX	XIX - planejar, coordenar, organizar e avaliar os eventos institucionais da ANS;		Revogar, pois é atribuição do GAB - Eventos
Art. 7º, XX		Art. 7º, X	
Art. 7º, XXI		Art. 7º, XI	
Art. 7º, XXII		Art. 7º, XI	
Art. 7º, XXIII		Art. 7º, XIII	
Art. 7º, XXIV	proceder à remessa do inquérito administrativo ao juízo competente, após apreciação da DICOL;	Art. 7º, XIV	providenciar os trâmites finais recomendados pelo Relatório Final da Coordenadoria de Inquéritos, após sua apreciação pela DICOL
		Art. 7º, XV	Núcleos
		Art. 7º, XVI	SECEA
		Art. 7º, XVII	Parceiros da Cidadania
		Art. 7º, XVIII	Entendimentos ANS

GEPLAN

Art. 7º - A		Art. 8º	
Art. 7º - A, I		Art. 8º, I	
Art. 7º - A, II		Art. 8º, II	
Art. 7º - A, III		Art. 8º, III	
Art. 7º - A, IV		Art. 8º, IV	
Art. 7º - A, V	V - promover a sistematização da elaboração e acompanhamento do planejamento estratégico da ANS;	Art. 8º, V	V - promover a sistematização da elaboração e acompanhamento do planejamento estratégico da ANS e da execução de seus respectivos planos de ação;
Art. 7º - A, VI	VI - promover e coordenar a elaboração de planos estratégicos de atuação da ANS;	Art. 8º, VI	VI - Promover a coordenação, elaboração e acompanhamento da Carta de Serviços da ANS, junto às Diretorias
Art. 7º - A, VII	VII - coordenar, consolidar, sistematizar, acompanhar e controlar a execução do plano de ação de curto e médio prazo da ANS;		revogar
Art. 7º - A, VIII		Art. 8º, VII	
Art. 7º - A, IX	IX - planejar e acompanhar atividades relativas ao Contrato de Gestão, ou outro instrumento de acompanhamento que venha a ser adotado;		revogar, pois as atribuições já estão descritas no inciso IV

Art. 7º - A, X		Art. 8º, VIII	
Art. 7º - A, XI		Art. 8º, IX	
Art. 7º - A, XI, a		Art. 8º, IX, a	
Art. 7º - A, XI, b		Art. 8º, IX, b	
Art. 7º - A, XI, c		Art. 8º, IX, c	
Art. 7º - A, XI, d		Art. 8º, IX, d	
Art. 7º - A, XI, e		Art. 8º, IX, e	
Art. 7º - A, XI, f		Art. 8º, IX, f	
Art. 7º - A, XI, § único	Compete a Coordenadoria de Boas Práticas Regulatórias - COBPR implementar o Programa de Melhoria da Qualidade Regulatória e auxiliar a GPLAN no exercício das atribuições previstas no inciso XI	Art. 8º, IX, § único	Compete à Coordenadoria de Boas Práticas Regulatórias - COBPR implementar o Programa de Melhoria da Qualidade Regulatória e auxiliar a GPLAN no exercício das atribuições previstas no inciso IX

GEADC

Art. 7º - B		Art. 9º	
Art. 7º-B, I	I - auxiliar a SEGER na organização das reuniões ordinárias ou extraordinárias da DICOL	Art. 9º, I	I - auxiliar a SEGER na administração das reuniões que servirão de insumo técnico para a reunião da DICOL, e nas reuniões ordinárias ou extraordinárias da DICOL;
Art. 7º-B, II	II - secretariar as reuniões da DICOL, facilitando o acesso por meio eletrônico às informações e notas técnicas e pareceres jurídicos;	Art. 9º, II	II - secretariar as reuniões da DICOL, disponibilizando, por meio eletrônico, os documentos encaminhados pelas áreas técnicas para subsidiar a decisão;
Art. 7º-B, III	III - registrar o comparecimento de cada Diretor à reunião		Revogar, pois já está implícito nos atuais incisos II e IV
Art. 7º-B, IV	IV - lavrar a ata com as discussões e deliberações tomadas nas reuniões, colhendo as assinaturas dos Diretores presentes, e disponibilizando- a para consulta no endereço eletrônico www.ans.gov.br	Art. 9º, III	lavrar a ata com as discussões e deliberações tomadas nas reuniões, colhendo as assinaturas dos Diretores presentes, e disponibilizando- a, para consulta, no endereço eletrônico www.ans.gov.br; (Vírgulas)
Art. 7º-B, V	comunicar aos órgãos da ANS os encaminhamentos e recomendações emanados da DICOL	Art. 9º, VIII	proceder à remessa de expedientes de alcance interno e externo para informar os encaminhamentos e recomendações das decisões emanadas pela DICOL, quando couber;

Art. 7º-B, VI	VI - organizar o Circuito Deliberativo, a Análise Eficiente dos Processos - AEP, e os procedimentos relativos às decisões da DICOL, recepcionando os processos administrativos encaminhados, e designando, por sistema de rodízio entre os Diretores, o Diretor-Relator;	Art. 9º, IX	organizar o Circuito Deliberativo, a Análise Eficiente dos Processos - AEP, e os procedimentos relativos às decisões da DICOL, recepcionando os processos administrativos encaminhados, e designando, por sistema de rodízio entre os Diretores, o Diretor-Relator; (Vírgulas)
Art. 7º-B, VII		Art. 9º, X	
Art. 7º-B, VIII	VIII - mediante indicação da DICOL, promover a instrução dos processos a que se refere o inciso VII deste artigo	Art. 9º, XI	mediante indicação da DICOL, promover a instrução dos processos administrativos submetidos a deliberação;
Art. 7º - B, IX		Art. 9º, XIII	
Art. 7º-B, X			revogar. Fase não mais executada atualmente.
Art. 7º-B, XI	XI - enviar ofício para informar ao interessado a decisão proferida pela DICOL relativa aos processos que tratam o inciso VII deste artigo	Art. 9º, XIII	informar, ao interessado, a decisão proferida pela DICOL, através de ofício ou meio eletrônico, do julgamento dos processos administrativos submetidos a deliberação;
Art. 7º-B, XII		Art. 9º, VI	
Art. 7º-B, XIII	dar publicidade às decisões da DICOL	Art. 9º, VII	dar publicidade às decisões proferidas pela DICOL, através de publicação no Diário Oficial da União, ou por meio eletrônico, ou qualquer outra forma de publicidade, conforme o caso
Art. 7º-B, XIV	XIV - mediante requerimento da DICOL, elaborar nota a fim de subsidiar a sua decisão	Art. 9º, XVI	mediante requerimento da DICOL, elaborar nota técnica a fim de subsidiar a sua decisão
Art. 7º-B, XV		Art. 9º, XVII	
Art. 7º-B, XVI	promover a integração entre as áreas técnicas e assessores das Diretorias, com vistas a debater e uniformizar os entendimentos relativos aos temas que irão a julgamento pela DICOL	Art. 9º, XIV	XIV - promover a integração entre as áreas técnicas e as assessorias das Diretorias, com vistas a debater e uniformizar os entendimentos relativos aos temas que irão a julgamento pela DICOL
Art. 7º-B, XVII		Art. 9º, XV	
Art. 7º-B, XVIII		Art. 9º, XVIII	
Art. 7º-B, XIX	auxiliar a SEGER na instauração do inquérito a que alude os arts. 41 a 45 da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, aplicados por força do art. 24-D, da Lei nº 9.656, de 1998, para apuração das causas que levaram ex-operadora de planos de saúde à liquidação extrajudicial, e a responsabilidade de seus ex administradores e ex-membros de Conselho Fiscal		revogar. Esta competência é apenas da SEGER. Não é necessário replicá-la para mero auxílio.

Art. 7º-B, XX	XX - auxiliar a SEGER nas atividades de coordenação do inquérito e promover a sua racionalização e padronização, de modo a assegurar uniformidade e maior rendimento na sua condução	Art. 9º, XXI	promover a racionalização e padronização dos processos de trabalho de suas Coordenadorias, de modo a assegurar uniformidade e maior celeridade na sua condução. (Não há porque manter somente para a COINQ, deve abraçar todo o processo de trabalho)
Art. 7º-B, XXI	XXI - requerer aos órgãos da ANS documentação e informações que possam contribuir para a conclusão dos inquéritos	Art. 9º, XIX	requerer, aos órgãos da ANS, documentação e informações que possam contribuir para a conclusão dos inquéritos administrativos
		Art. 9º, XX	providenciar os trâmites finais recomendados pelo Relatório Final da Coordenadoria de Inquéritos, após sua apreciação pela DICOL;
Art. 7º-B, XXII		Art. 9º, XXII	
Art. 7º-B, XXIII		Art. 9º, XXIII	

COREC

Art. 7º-C	À Coordenadoria de Recursos da Diretoria Colegiada - COREC, compete a execução, orientação e coordenação das atividades previstas nos incisos IV ao XIII do artigo anterior, exclusivamente quando os processos administrativos se referirem a penalidades, ressarcimento ao SUS, taxas, doenças e lesões preexistentes, e disciplinares, e, ainda, consolidar, editar e divulgar informações e relatórios desses processos	Art. 10	À Coordenadoria de Recursos da Diretoria Colegiada - COREC compete a execução, orientação e coordenação das atividades previstas nos incisos VIII ao XV, do artigo anterior, exclusivamente quando os processos administrativos se referirem a penalidades, ressarcimento ao SUS, taxas, doenças e lesões preexistentes, e disciplinares e, ainda, consolidar, editar e divulgar informações e relatórios desses processos;
-----------	---	---------	---

COADC

Art. 7º-D	À Coordenadoria de Apoio à Diretoria Colegiada - COADC compete a execução, orientação e coordenação das atividades previstas nos incisos I a V, e XVIII, bem como as dos incisos VI a XVI, todos do art. 7-B, quando os processos versarem sobre matérias diversas das previstas no artigo anterior, e, ainda	Art. 11	À Coordenadoria de Apoio à Diretoria Colegiada - COADC compete a execução, orientação e coordenação das atividades previstas nos incisos I a VIII, quando os processos versarem sobre matérias diversas das previstas no artigo anterior;
Art. 7º-D, I	I - promover a atualização periódica dos normativos emanados pela Diretoria Colegiada da ANS; e	Art. 9º, IV	promover a atualização periódica dos normativos emanados pela Diretoria Colegiada da ANS;
Art. 7º-D, II	II - dar publicidade, disponibilizando na página da internet, à legislação atualizada em uso pela ANS.	Art. 9º, V	dar publicidade, disponibilizando na página da internet e na intrans, os normativos emanados pela DICOL, e suas alterações, bem como a legislação que entender pertinente;

COINQ

Art. 7º-E	À Coordenadoria de Inquéritos - COINQ, compete a execução, supervisão e coordenação das atividades previstas nos incisos XX e XXI do art. 7-B	Art. 12	À Coordenadoria de Inquéritos Administrativos - COINQ compete a execução e coordenação das atividades previstas nos incisos XIX e XX do art. 9º, bem como das atividades previstas nos incisos VI e VIII do art. 7º.
NÚCLEOS DA ANS			
Art. 11-A		Art. 13	
Art. 11-A, § 1º	Competem, na forma estabelecida em Resolução Administrativa, às Diretorias a avaliação de desempenho, indicação para capacitação, bem como autorização para remoção e quaisquer afastamentos e licenças dos servidores lotados nos Núcleos que realizam suas respectivas atividades	Art. 13, § 1º	
Art. 11-A, § 2º		Art. 13, § 2º	
Art. 11-A, § 3º	As circunscrições territoriais dos Núcleos da ANS, serão definidas por meio de Resolução Normativa	Art. 13, § 3º	As circunscrições territoriais dos Núcleos da ANS, são definidas por meio de normativo interno.
SECEA			
Art. 11-C		Art. 14	
Art. 11-C, I		Art. 14, I	
Art. 11-C, II	prover apoio técnico e administrativo relativo ao cumprimento das atribuições da Comissão;	Art. 14, II	prover apoio técnico e administrativo relativo ao cumprimento das atribuições da Comissão de Ética
Art. 11-C, III		Art. 14, III	
GAB/PRESI/ANS			
Art. 11-D		Art. 15	
Art. 11-D, I	I - prestar assistência aos Diretores da ANS, em sua representação política no recebimento, análise e processamento de atos e correspondências enviadas pelos parlamentares e acompanhar o andamento, junto ao Congresso Nacional, de proposição legislativa de interesse da ANS	Art. 15, I	prestar assistência aos Diretores da ANS em sua representação política, no recebimento, análise e processamento de atos e correspondências enviadas pelos parlamentares, e acompanhar o andamento, junto ao Congresso Nacional, de proposição legislativa de interesse da ANS; (uso da vírgula)
Art. 11-D, II		Art. 15, XI	
Art. 11-D, III		Art. 15, V	
Art. 11-D, IV	prestar assistência aos Diretores da ANS, na articulação técnica-operacional e de gestão da ANS com os demais órgãos da administração pública em geral	Art. 15, II	prestar assistência aos Diretores da ANS na articulação técnica-operacional e de gestão da ANS com os demais órgãos da administração pública;

Art. 11-D, V		Art. 15, VI	
Art. 11-D, VI		Art. 15, VIII	
Art. 11-D, VII	orientar e controlar as atividades afetas às áreas do Gabinete da Presidência;	Art. 15, IX	planejar, organizar, dirigir, coordenar, controlar e avaliar os processos organizacionais do Gabinete;
Art. 11-D, VIII		Art. 15, VII	
Art. 11-D, IX	SEM REDAÇÃO		
Art. 11-D, X		Art. 15, X	
Art. 11-D, XI		Art. 15, III	
Art. 11-D, XII		Art. 15, XII	
Art. 11-D, XIII		Art. 15, XIV	
Art. 11-D, XIV	Revogar, pois está inserido no texto do atual inciso XVI		
Art. 11-D, XV		Art. 15, XV	
Art. 11-D, XVI		Art. 15, IV	
Art. 11-D, XVII		Art. 15, XVI	
Art. 11-D, XVIII		Art. 15, XIII	
		Art. 15, XVII	planejar, coordenar, organizar e avaliar os eventos institucionais, internos e externos, quando realizados pela Coordenadoria de Eventos Institucionais - COEI;
	oriundo do art. 83, II, revogado nessa higienização.	Art. 15, XVIII	monitorar a implementação e execução da Lei de Acesso à Informação – LAI - no âmbito da ANS; e
	oriundo do art. 83, III, revogado nessa higienização.	Art. 15, XIX	exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Diretor-Presidente.
	oriundo do art. 83, § único, revogado nessa higienização.	Art. 15, § único	O Chefe de Gabinete não substitui o Diretor na DICOL
GGATP			
Art. 13		Art. 16	
Art. 13, I	executar, orientar e coordenar as atividades previstas nos incisos V, VI, VIII ao XII, XIV a XVII do art. 11-D;	Art. 16, I	executar, orientar e coordenar as atividades previstas nos incisos III, IV, VI ao VIII, X, XII, XV e XVI do artigo anterior;
Art. 13, II		Art. 16, II	
Art. 13, III		Art. 16, III	

Art. 13, IV		Art. 16, IV	
Art. 13, V		Art. 16, V	
Art. 13, VI		Art. 16, VI	
Art. 13, VII		Art. 16, VII	
COARI/GGATP			
Art. 13-A		Art. 17	
Art. 13-A, I	prestar assistência à GGATP/GAB/PRESI/ANS nas atividades por ela designadas	Art. 17, I	prestar assistência à GGATP nas atividades por ela designadas;
Art. 13-A, II		Art. 17, II	
Art. 13-A, III		Art. 17, III	
Art. 13-A, IV		Art. 17, IV	
Art. 13-A, V		Art. 17, V	
Art. 13-A, § único		Art. 17, VI	
COADP/GGATP			
Art. 13-B		Art. 18	
GGRIN			
Art. 13-C	A Gerência-Geral de Relações Institucionais - GGRIN/GAB/PRESI/ANS compete	Art. 19	À Gerência-Geral de Relações Institucionais - GGRIN compete
Art. 13-C, I	I - executar, orientar e coordenar das atividades previstas nos incisos I, II e XII do art. 11-D, relacionadas às atividades da ANS no Distrito Federal/DF.	Art. 19, I	I - executar, orientar e coordenar as atividades previstas nos incisos I, XI e XII do art. 15, relacionadas às atividades da ANS no Distrito Federal/DF.
Art. 13-C, II	orientar e controlar as atividades afetas às áreas da Gerência-Geral		Revogar, pois é competência implícita
Art. 13-C, III		Art. 19, II	
Art. 13-C, IV		Art. 19, III	
Art. 13-C, V	identificar e acompanhar o andamento, junto ao Congresso Nacional, de proposição legislativa de interesse da ANS		Revogar, pois está dentro da competência remetida no inciso I deste artigo (inciso I do art. 15)
CATDF			
Art. 13-D	A Coordenadoria de Apoio Técnico no Distrito Federal - CATDF compete de forma integrada e articulada à Coordenadoria Administrativa da Presidência	Art. 20	A Coordenadoria de Apoio Técnico no Distrito Federal - CATDF compete de forma integrada e articulada à Coordenadoria Administrativa da Presidência - COADP
Art. 13-D, I		Art. 20, I	
Art. 13-D, II		Art. 20, II	
Art. 13-D, III		Art. 20, III	

Art. 13-D, IV		Art. 20, IV	
Art. 13-D, V		Art. 20, V	
ASPAR			
Art. 13-E	A Assessoria Parlamentar - ASPAR compete a execução, orientação e coordenação das atividades previstas nos incisos IV e V do art. 13-C	Art. 21	
GECONS			
Art. 13-F		Art. 22	
Art. 13-F, I		Art. 22, I	
Art. 13-F, II		Art. 22, II	
Art. 13-F, III		Art. 22, III	
Art. 13-F, IV		Art. 22, IV	
Art. 13-F, V		Art. 22, V	
Art. 13-F, VI	VI - promover a comunicação interna da ANS, por meio de canais e mensagens periodicamente avaliados e adequados às necessidades da agência;	Art. 22, VI	promover a comunicação interna da ANS, por meio de canais e mensagens periodicamente avaliados e adequados às necessidades da Agência;
Art. 13-F, VII		Art. 22, VII	
Art. 13-F, VIII		Art. 22, VIII	
Art. 13-F, IX		Art. 22, IX	
Art. 13-F, X		Art. 22, X	
Art. 13-F, XI		Art. 22, XI	
Art. 13-F, XII		Art. 22, XII	
Art. 13-F, XIII		Art. 22, XIII	
Art. 13-F, XIV		Art. 22, XIV	
Art. 13-F, XV		Art. 22, XV	
Art. 13-F, XVI		Art. 22, XVI	
Art. 13-F, XVII		Art. 22, XVII	
Art. 13-F, XVIII		Art. 22, XVIII	
Art. 13-F, XIX		Art. 22, XIX	
Art. 13-F, XX		Art. 22, XX	

Art. 13-F, XXI		Art. 22, XXI	
COEI			
Art. 13-H	A Coordenadoria de Eventos Institucionais da ANS - COEI compete a execução, supervisão e coordenação das atribuições previstas no inciso XIX do art. 7º	Art. 23	A Coordenadoria de Eventos Institucionais da ANS - COEI compete a execução, supervisão e coordenação das atribuições previstas no inciso XVII do art. 15.
SECEX e outros			
Art. 14	Revogado		
Art. 14-A , incisos I a X	Revogar, pois a SECEX não mais existe		
Art. 14-B	Revogado		
Art. 15	Revogado		
Art. 15-A	Revogado		
Art. 16	Revogado		
Art. 17	Revogado		
Art. 17-A	Revogado		
Art. 17-B	Revogado		
Art. 17-C	Revogado		
Art. 18	Revogado		
Art. 19	Revogado		
Art. 20	Revogado		
Art. 21	Revogado		
Art. 22	Revogado		
DIDES			
Art. 23		Art. 24	
Art. 23, I	planejar, coordenar, organizar e controlar as atividades de integração de informações e ressarcimento das operadoras ao SUS	Art. 24, IV	planejar, coordenar, gerir e controlar as atividades de integração de informações e ressarcimento das operadoras ao SUS
Art. 23, II		Art. 24, XIV	
Art. 23, III		Art. 24, XVIII	
Art. 23, IV		Art. 24, X	
Art. 23, V		Art. 24, I	
Art. 23, VI		Art. 24, II	
Art. 23, VII		Art. 24, XVI	
Art. 23, VIII		Art. 24, XV	
Art. 23, IX		Art. 24, V	

Art. 23, X		Art. 24, VIII	
Art. 23, XI	Revogado		
Art. 23, XII		Art. 24, III	
Art. 23, XIII		Art. 24, XVII	
Art. 23, XIV		Art. 24, VII	
Art. 23, XV		Art. 24, XIX	
Art. 23, XVI		Art. 24, VI	
Art. 23, XVII	propor o estabelecimento das características gerais dos instrumentos jurídicos utilizados na atividade das operadoras com prestadores de serviços	Art. 24, XIII	propor diretrizes gerais para orientar a relação entre operadoras de planos privados de assistência à saúde e prestadores de serviços de saúde;
Art. 23, XVIII	propor o estabelecimento dos critérios para os procedimentos de credenciamento e descredenciamento de prestadores de serviço às operadoras;	Art. 24, XII	propor o estabelecimento dos critérios para os procedimentos de credenciamento e descredenciamento de prestadores de serviço às operadoras, tendo como base critérios de qualidade;
Art. 23, XIX		Art. 24, IX	
Art. 23, XX	encaminhar à DIFIS, através da DIRAD e/ou suas gerências, comunicação acerca de indícios de infração por descumprimento da legislação de saúde suplementar, para apuração e aplicação das penalidades cabíveis, ressalvadas as hipóteses previstas no inciso XXI deste artigo;	Art. 24, XXII	encaminhar à DIFIS, através das Gerências-Gerais e/ou suas gerências, comunicação acerca de indícios de infração por descumprimento da legislação de saúde suplementar, para apuração e aplicação das penalidades cabíveis, ressalvadas as hipóteses previstas no inciso XXI deste artigo;
Art. 23, XXI		Art. 24, XXI	
Art. 23, XXII		Art. 24, XX	
Art. 23, XXIII		Art. 24, XI	
Art. 23, § único			

DIRAD/DIDES e ASSNT/DIRAD/DIDES

Art. 23-A	A Diretoria Adjunta - DIRAD/DIDES, além das atribuições previstas nos artigos 23 e 84, compete: (Incluído pela RN nº 221, de 2010)	Art. 25	Sem prejuízo das atribuições previstas no art. 84 , à Diretoria Adjunta - DIRAD/DIDES compete a supervisão direta da ASSNT/DIDES e:
Art. 23-A, I		Art. 25, I	
Art. 23-A, II		Art. 25, IX	
Art. 23-A, III		Art. 25, VII	
Art. 23-A, IV		Art. 25, VIII	
Art. 23-A, V		Art. 25, X	
Art. 23-A, VI		Art. 25, VI	
Art. 23-A, VII		Art. 25, II	

Art. 23-A, VIII		Art. 25, XI	
Art. 23-A, IX		Art. 25, III	
Art. 23-A, X		Art. 25, XII	
Art. 23-A, XI		Art. 25, IV	
Art. 23-A, XII		Art. 25, XIII	
Art. 23-A, XIII		Art. 25, V	
Art. 23-A, XIV		Art. 25, XIV	
Art. 23-A, XV	Revogado		
Art. 23-A, XVI		Art. 25, XV	
Art. 23-A, XVII		Art. 25, XVI	
Art. 23-A, § único	A Assessoria Normativa da DIDES -ASSNT/DIDES auxiliara a Diretoria Adjunta no exercício das atribuições previstas nos incisos II a VI e VIII do caput deste artigo, além das atribuições previstas no parágrafo único do art. 23	Art. 25, § único	A Assessoria Normativa da DIDES - ASSNT/DIDES auxiliará a Diretoria Adjunta no exercício das atribuições previstas nos incisos VI a XI do caput deste artigo

GG SUS

Art. 24		Art. 26	
Art. 24, I	Revogado		
Art. 24, II	Revogado		
Art. 24, III	Revogado		
Art. 24, IV	gerir o ressarcimento ao SUS;	Art. 26, I	gerir o ressarcimento ao SUS e os processos administrativos dele decorrentes, designando, quando necessário, suas coordenadorias para prestar-lhe apoio;
Art. 24, V	Revogado		
Art. 24, VI	gerir, estimular e promover estudos e pesquisas decorrentes do ressarcimento ao SUS, de forma a apoiar a regulação da saúde suplementar	Art. 26, II	gerir, estimular e promover estudos e pesquisas decorrentes do ressarcimento ao SUS, de forma a apoiar a regulação da saúde suplementar e a gestão do ressarcimento ao SUS; e
Art. 24, VII	Revogado		
Art. 24, VIII	Revogado		
Art. 24, IX	gerir os processos administrativos de ressarcimento ao SUS		Revogar, pois foi incluído no novo art. 26, I
Art. 24, X	Revogado		
Art. 24, XI	realizar estudos e apresentar propostas de atualização dos valores dos atendimentos a serem ressarcidos ao SUS	Art. 26, III	apresentar propostas de atualização dos valores dos atendimentos a serem ressarcidos ao SUS.

COPR

Art. 24, § 1º	À Coordenadoria de Protocolo Setorial de Ressarcimento ao SUS - COPR compete	Art. 26, § 1º	A Coordenadoria de Protocolo Setorial de Ressarcimento ao SUS - COPR compete coordenar, controlar, orientar, tratar, distribuir e executar as atividades de protocolo e gestão de documentos e processos referentes ao ressarcimento ao SUS
Art. 24, § 1º, I	Revogado, pois foi inserido no caput do novo § 1º do art. 26		
Art. 24, § 1º, II	Revogado, pois foi inserido no caput do novo § 1º do art. 26		
Art. 24, § 1º, III	Revogado, pois foi inserido no caput do novo § 1º do art. 26		

COAR

Art. 24, § 2º	À Coordenadoria de Arquivo Setorial de Ressarcimento ao SUS - COAR compete	Art. 26, § 2º	A Coordenadoria de Arquivo Setorial de Ressarcimento ao SUS - COAR compete coordenar, controlar, orientar, tratar e executar as atividades de gestão documental dos processos de ressarcimento ao SUS
Art. 24, § 2º, I	Revogado, pois foi inserido no caput do novo § 2º do art. 26		
Art. 24, § 2º, II	Revogado, pois foi inserido no caput do novo § 2º do art. 26		
Art. 24, § 2º, III	Revogado, pois foi inserido no caput do novo § 2º do art. 26		

COAI

Art. 24, § 3º	À Coordenadoria de Análise de Impugnações - COAI compete	Art. 26, § 3º	A Coordenadoria de Análise de Impugnações - COAI compete coordenar e executar as atividades de análise de impugnações dos processos de ressarcimento ao SUS
Art. 24, § 3º, I	Revogado, pois foi inserido no caput do novo § 3º do art. 26		
Art. 24, § 3º, II	Revogado, pois foi inserido no caput do novo § 3º do art. 26		

COARE

Art. 24, § 4º	À Coordenadoria de Análise Preliminar de Recursos - COARE compete	Art. 26, § 4º	A Coordenadoria de Análise Preliminar de Recursos - COARE compete coordenar e executar as atividades de análise de recursos à Diretoria Colegiada para subsidiar decisão do Diretor de Desenvolvimento Setorial em sede de juízo de retratação
Art. 24, § 4º, I	Revogado, pois foi inserido no caput do novo § 4º do art. 26		
Art. 24, § 4º, II	Revogado, pois foi inserido no caput do novo § 4º do art. 26		

Art. 24, § 4º, III	Revogado, pois foi inserido no caput do novo § 4º do art. 26		
CORE			
Art. 24, § 5º	À Coordenadoria de Recolhimento - CORE compete	Art. 26, § 5º	A Coordenadoria de Recolhimento - CORE compete coordenar e executar as atividades de cobrança, parcelamento e encaminhamento de processos para a inscrição em Dívida Ativa dos débitos do ressarcimento ao SUS, bem como repasse dos valores recolhidos
Art. 24, § 5º, I	Revogado, pois foi inserido no caput do novo § 5º do art. 26		
Art. 24, § 5º, I, a	Revogado, pois foi inserido no caput do novo § 5º do art. 26		
Art. 24, § 5º, I, b	Revogado, pois foi inserido no caput do novo § 5º do art. 26		
Art. 24, § 5º, I, c	Revogado, pois foi inserido no caput do novo § 5º do art. 26		
Art. 24, § 5º, II	Revogado, pois foi inserido no caput do novo § 5º do art. 26		
Art. 24, § 5º, III	Revogado, pois foi inserido no caput do novo § 5º do art. 26		
COTEC			
Art. 24, § 6º		Art. 26, § 6º	
Art. 24, § 6º, I	Participar	Art. 26, § 6º, I	participar do planejamento da gestão dos sistemas de informação do ressarcimento ao SUS e da elaboração das especificações das regras de negócio dos sistemas de informação do ressarcimento ao SUS
Art. 24, § 6º, I, a	Revogado, pois foi inserido no novo inciso I do § 6º do art. 26		
Art. 24, § 6º, I, b	Revogado, pois foi inserido no novo inciso I do § 6º do art. 26		
Art. 24, § 6º, II	Coordenar	Art. 26, § 6º, II	coordenar as atividades de homologação dos sistemas de informação e da respectiva documentação realizadas pela GGSUS, relativas às regras de negócio do ressarcimento ao SUS
Art. 24, § 6º, II, a	Revogado, pois foi inserido no novo inciso II do § 6º do art. 26		
Art. 24, § 6º, II, b	as atividades relativas à emissão de Aviso de BeneficiárioIdentificado - ABI que sejam atribuição da GGSUS	Art. 26, § 6º, III	coordenar as atividades relativas à emissão de Aviso de BeneficiárioIdentificado - ABI que sejam atribuição da GGSUS

Art. 24, § 6º, II, c	o levantamento de problemas e necessidades dos sistemas de informação do ressarcimento ao SUS, bem como a priorização e o acompanhamento de suas soluções	Art. 26, § 6º, IV	coordenar o levantamento de problemas e necessidades dos sistemas de informação do ressarcimento ao SUS, bem como a priorização e o acompanhamento de suas soluções
Art. 24, § 6º, III	Promover	Art. 26, § 6º, V	promover em conjunto e com apoio técnico das demais áreas da ANS, a gestão da identificação de atendimentos no SUS
Art. 24, § 6º, III, a	Revogado, pois foi inserido no novo inciso V do § 6º do art. 26		
Art. 24, § 6º, III, b	Revogado		
Art. 24, § 6º, III, c	a organização de informações sobre o ressarcimento ao SUS	Art. 26, § 6º, VI	promover a organização de informações sobre o ressarcimento ao SUS
Art. 24, § 6º, III, d	Revogado		
Art. 25	Está todo revogado		
Art. 25-A	Está todo revogado		

GGISE

Art. 25-B		Art. 27	
Art. 25-B, I	supervisionar as atividades exercidas por suas Gerências e Coordenadorias, bem como a integração de suas atividades	Art. 27, VII	supervisionar a atuação de suas Gerências e Coordenações na implementação das atribuições previstas nos incisos V até XVIII, XXI e XXII, do artigo 24, que trata das atribuições da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, bem como a integração de suas atividades
Art. 25-B, II	Revoga-se	Art. 27, II	
Art. 25-B, III	Revoga-se	Art. 27, III	propor ações de interesse da Gerência Geral e da Diretoria, atuando de forma integrada com as áreas que detenham e/ou produzam informações no âmbito da ANS
Art. 25-B, IV	Revogado		
Art. 25-B, V	coordenar ações com as Gerências e comitês da ANS cujas atividades e programas apresentem interfaces relevantes com o universo dos prestadores de serviços de saúde, padronização e uso dos dados referentes a atenção à saúde, no âmbito da saúde suplementar	Art. 27, VI	coordenar ações com as Gerências e comitês da ANS cujas atividades e programas apresentem interfaces relevantes com o universo dos prestadores de serviços de saúde, qualificação setorial, padronização e uso dos dados referentes a atenção à saúde, no âmbito da saúde suplementar
Art. 25-B, VI	Revoga-se		
Art. 25-B, VII	Revoga-se		
Art. 25-B, VIII	Revoga-se		
Art. 25-B, IX	Revoga-se		
Art. 25-B, X	Revoga-se		
Art. 25-B, XI	Revoga-se		

Art. 25-B, XII	Revoga-se		
Art. 25-B, XIII	propor as ações para zelar pela qualidade dos serviços das operadoras de planos privados de assistência à saúde e dos prestadores de serviços de saúde	Art. 27, I	Promover e planejar ações que tratem da qualificação setorial, tanto de prestadores de serviços de saúde que atuam na Saúde Suplementar quanto de operadoras de planos de saúde, do desenvolvimento e integração setorial
Art. 25-B, XIV	Revoga-se		
Art. 25-B, XV	Revogado		
Art. 25-B, XVI	monitorar, promover estudos e incentivar o aprimoramento das relações entre as operadoras de planos privados de assistência à saúde e prestadores de serviços	Art. 27, IV	identificar a necessidade, realizar estudos e propor aprimoramentos no arcabouço regulamentar nos assuntos de sua competência
Art. 25-B, XVII			
Art. 25-B, XVIII	Revoga-se		
Art. 25-B, XIX	Revoga-se		
Art. 25-B, XX	Revoga-se		
Art. 25-B, XXI	Revoga-se		
Art. 25-B, XXII	Revoga-se		
Art. 25-B, XXIII	Revoga-se		
Art. 25-B, XXIV	Revoga-se		
Art. 25-B, XXV	Revoga-se		
Art. 25-B, XXVI	Revoga-se		
Art. 25-B, XXVII		Art. 27, V	

ADS/GGISE

Art. 25-B, § único	Compete à Assessoria de Estudos e Desenvolvimento Setorial - ADS/GGISE	Art. 27, § único	Parágrafo único. Compete a Assessoria de Estudos e Desenvolvimento Setorial - ADS/GGISE auxiliar a GGISE no exercício das atribuições previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo
Art. 25-B, § único, I	Revogado, pois foi inserido no novo caput § único do art. 27		
Art. 25-B, § único, II	Revogado, pois foi inserido no novo caput § único do art. 27		

GEAQS

Art. 26	À Gerência de Avaliação da Qualidade Setorial GEAQS compete	Art. 28	A Gerência de Avaliação da Qualidade Setorial – GEAQS , além da atribuição prevista no artigo 24, inciso XXII, compete
Art. 26, I	contribuir com a Gerência-Geral na elaboração de propostas para tratar do relacionamento entre operadoras de planos privados de assistência à saúde e prestadores de serviços	Art. 28, IV	contribuir com a Gerência-Geral na elaboração de propostas para tratar da qualificação setorial relativa às operadoras de planos privados de assistência à saúde e aos prestadores de serviços de saúde
Art. 26, II	Revoga-se		
Art. 26, III	Revogado		
Art. 26, IV	Revogado		
Art. 26, V	propor e executar ações voltadas para a aferição e controle da qualidade dos serviços oferecidos pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde, sejam eles próprios, referenciados, contratados ou conveniados;	Art. 28, V	Promover, planejar e coordenar ações que avaliem a qualidade e o desempenho dos prestadores de serviços próprios, referenciados, contratados ou conveniados, incluindo sistemas de informação relativos à produção e ao desempenho, no âmbito de suas atribuições
Art. 26, VI	contribuir com as gerências e comitês cujas atividades e programas apresentem interfaces relevantes com o universo dos prestadores de serviços no âmbito da saúde suplementar	Art. 28, III	propor a instituição, coordenar e secretariar Comitês e Grupos Técnicos relacionados às suas atividades
Art. 26, VII	desenvolver estudos e pesquisas que contribuam para o aprimoramento da qualidade da prestação de serviços	Art. 28, VII	desenvolver estudos e pesquisas e efetuar ações que incentivem ou promovam o aprimoramento da qualidade no âmbito dos serviços de saúde prestados no sistema de saúde suplementar, no âmbito de suas atribuições
Art. 26, VIII	Revoga-se		
Art. 26, IX	Revogado		
Art. 26, X	Revogado	Art. 28, X	estudar e propor alternativas regulatórias em relação à gestão, avaliação e incorporação de tecnologias em saúde, incluindo órteses, próteses e materiais especiais, no âmbito do relacionamento entre operadoras e prestadores de serviços de saúde
Art. 26, XI	identificar e propor alternativas de aprimoramento operacional das suas Coordenadorias bem como o aprimoramento técnico dos agentes públicos	Art. 28, I	identificar e propor alternativas de aprimoramento operacional das suas Coordenadorias bem como o aprimoramento técnico de seus agentes públicos
Art. 26, XII	artigo inserido na nova redação do Art. 28, VII		
Art. 26, XIII		Art. 28, II	
Art. 26, XIV	artigo inserido na nova redação do Art. 28, III		

CQUALISS

Art. 26, XIV, § 1º	Compete à Coordenadoria de Qualidade - CQUALISS auxiliar a GEAQS no exercício das atribuições previstas nos incisos I, II, VI, VII, VIII, XII, XIV e XIX e coordenar os processos de trabalho executados pelos servidores desta área	Art. 28, § 1º	
COAQS			
Art. 26, XIV, § 2º	Compete à Coordenadoria de Avaliação da Qualidade Setorial - COAQS auxiliar a GEAQS no exercício das atribuições previstas nos incisos I, II, V, VI, VII, XII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII e XIX.	Art. 28, § 2º	
Art. 26, XV	planejar e coordenar as atividades de acreditação das operadoras de planos de assistência à saúde e de qualificação da rede prestadora de serviços	Art. 28, VIII	VIII - propor, planejar, coordenar e acompanhar programas de acreditação das operadoras de planos de assistência à saúde
Art. 26, XVI	artigo inserido na nova redação do Art. 28, VIII		
Art. 26, XVII	artigo inserido na nova redação do Art. 28, VIII		
Art. 26, XVIII	propor critérios de inclusão e exclusão dos prestadores de serviços de assistência à saúde integrantes das redes prestadoras das operadoras de planos de assistência à saúde	Art. 28, IX	IX - propor critérios de inclusão e exclusão dos prestadores de serviços de assistência à saúde integrantes das redes assistenciais das operadoras de planos de assistência à saúde, com base em requisitos de qualidade;
Art. 26, XIX	Revoga-se		
Art. 26, XX		Art. 28, XI	
		Art. 28, VI	Promover, planejar e coordenar ações voltadas para a aferição da qualidade das operadoras de planos privados de assistência à saúde, incluindo sistemas de informação relativos à produção e ao desempenho, no âmbito de suas atribuições
GERPI			
Art. 27	À Gerência de Padronização e Interoperabilidade - GERPI compete	Art. 29	À Gerência de Padronização e Interoperabilidade – GERPI , além da atribuição prevista no artigo 23, inciso XXII, compete
Art. 27, I	Revogado	Art. 29, I	promover, planejar e coordenar ações de padronização de informações e tecnologias de comunicação de dados, referentes aos eventos de atenção a saúde, visando a interoperabilidade entre os sistemas de informações em saúde;
Art. 27, II	efetuar, promover e disseminar estudos sobre novas técnicas nacionais e internacionais de padronização de informações e tecnologias de comunicação de dados, referentes aos eventos de atenção a saúde, visando a interoperabilidade entre os sistemas de informações em saúde	Art. 29, V	realizar e promover estudos sobre registro eletrônico em saúde, padronização de informações e tecnologia de comunicação de dados de saúde, prontuários eletrônicos e registro pessoal de saúde, baseado em experiências de padrões nacionais e internacionais

Art. 27, III	propor, desenvolver e manter o Padrão de Troca de Informações na Saúde Suplementar, referente aos eventos de atenção a saúde	Art. 29, IV	propor e coordenar a integração e o uso da base de dados oriunda do Padrão TISS, e os sistemas de informação em saúde
Art. 27, IV	Revogado		
Art. 27, V	Revogado		
Art. 27, VI	realizar e promover estudos sobre registro eletrônico em saúde, prontuários eletrônicos e registro pessoal de saúde, baseado em experiências de padrões nacionais e internacionais		inserido no art. 29, V
Art. 27, VII	propor e estimular a implantação de registro eletrônico em saúde, no âmbito da saúde suplementar, como instrumento para a redução das assimetrias existentes na atenção à saúde do beneficiário	Art. 29, III	propor, planejar, coordenar e monitorar o registro eletrônico em saúde no âmbito da Saúde Suplementar
Art. 27, VIII	Revogado		
Art. 27, IX		Art. 29, VI	
Art. 27, X	monitorar proativamente o Padrão de Troca de informações na Saúde Suplementar	Art. 29, II	propor, planejar, coordenar e monitorar o Padrão de Troca de Informações na Saúde Suplementar, referente aos eventos de atenção a saúde
Art. 27, XI	coordenar a articulação necessária à integração e ao uso da base de dados oriunda do Padrão TISS, e os sistemas de informação em saúde		inserido no art. 29, IV
Art. 27, XII		Art. 29, VII	
Art. 27, XIII	coordenar Comitês e Grupos Técnicos relacionados a padronização e uso dos dados, referentes aos eventos de atenção à saúde de beneficiários de planos privados de assistência à saúde;	Art. 29, VIII	planejar, coordenar e secretariar Comitês e Grupos Técnicos relacionados à padronização e uso dos dados, referentes aos eventos de atenção à saúde de beneficiários de planos privados de assistência à saúde
Art. 27, XIV	secretariar Comitês e Grupos Técnicos relacionados a padronização e uso dos dados, referentes aos eventos de atenção à saúde de beneficiários de planos privados de assistência à saúde		inserido no art. 29, VIII

COEST

Art. 27, §1º	Compete a Coordenadoria de Estrutura de Dados e Terminologias - COEST auxiliar a GERPI no exercício das atribuições previstas nos incisos II, III, VI, VII, XII e XIII, e coordenar os processos de trabalho executados pelos servidores desta área	Art. 29, §1º	Compete à Coordenadoria de Estrutura de Dados e Terminologias - COEST auxiliar a GERPI no exercício das atribuições previstas nos incisos I, II, V, VI, VII e VIII, e coordenar os processos de trabalho executados pelos servidores desta área
--------------	---	--------------	--

COIMO

Art. 27, §2º	Compete à Coordenadoria de Interoperabilidade e Monitoramento - COIMO auxiliar a GERPI no exercício das atribuições previstas nos incisos X, XI, XII, XIII, e coordenar os processos de trabalho executados pelos servidores desta área	Art. 29, §2º	Compete à Coordenadoria de Interoperabilidade e Monitoramento - COIMO auxiliar a GERPI no exercício das atribuições previstas nos incisos VII, VI, VII e VIII e coordenar os processos de trabalho executados pelos servidores desta área
--------------	---	--------------	--

GEPI

Art. 27-A	À Gerência de Padronização e Interoperabilidade - GERPI compete:	Art. 30	À Gerência de Produção e Análise de Informação – GEPI , além das atribuições previstas no artigo 23, incisos XXI e XXII compete:
Art. 27-A, I	auxiliar a GGISS, na implementação e gestão das tecnologias de planejamento, organização, mineração e relacionamento de bases de dados externas e internas	Art. 30, II	propor e contribuir com a implementação e gestão das tecnologias de planejamento, organização, mineração e relacionamento de bases de dados externas e internas
Art. 27-A, II	coordenar, acompanhar, executar e disseminar políticas, padrões, normas, procedimentos e outros documentos normativos e técnicos relativos aos processos e atividades de Gestão da Informação	Art. 30, I	planejar, coordenar, acompanhar, executar e disseminar políticas, padrões , normas, procedimentos e outros documentos normativos e técnicos relativos aos processos e atividades de Gestão da Informação Setorial no âmbito da Saúde Suplementar ;
Art. 27-A, III	planejar, implementar e manter programas e projetos de Gestão da Informação, incluindo identificação, coleta, armazenamento, qualificação e disseminação de dados e informações	Art. 30, III	planejar, implementar e manter programas e projetos de Gestão da Informação Setorial , incluindo identificação, coleta, armazenamento, qualificação e disseminação de dados e informações
Art. 27-A, IV		Art. 30, IV	
Art. 27-A, V	articular com os órgãos centrais e setoriais de administração de recursos de informação do Governo Federal, para a promoção da integração e do intercâmbio de dados e sistemas	Art. 30, V	contribuir com a articulação junto aos órgãos centrais e setoriais de administração de recursos de informação do Governo Federal, para a promoção da integração e do intercâmbio de dados e sistemas
Art. 27-A, VI	articular com os órgãos centrais e setoriais de administração de recursos de informação e informática do Governo Federal, com vistas à implantação de Padrões de Interoperabilidade do Governo Eletrônico e a integração e intercâmbio de dados e sistemas;	Art. 30, VI	propor, coordenar e contribuir com a articulação junto aos órgãos centrais e setoriais de administração de recursos de informação e informática do Governo Federal, com vistas à implantação de Padrões de Interoperabilidade do Governo Eletrônico e a integração e intercâmbio de dados e sistemas
Art. 27-A, VII	planejar e efetuar a gestão da disseminação da informação corporativa e demais informações de interesse da ANS e de segmentos interessados na gestão, no estudo e em pesquisa do setor	Art. 30, VII	planejar, coordenar e efetuar a gestão da disseminação da informação corporativa e setorial além das demais informações de interesse da ANS e de segmentos interessados na gestão, no estudo e em pesquisa do setor
Art. 27-A, VIII	participar da elaboração da proposta de Política de Segurança da Informação da ANS, em conjunto com a GGISS	Art. 30, VIII	contribuir para a Política de Segurança da Informação da ANS;
Art. 27-A, IX	coordenar a execução das diretrizes da Política de Segurança de Informação, em conjunto com a GGISS;	Art. 30, IX	coordenar no âmbito de suas atribuições a execução das diretrizes da Política de Segurança de Informação;

Art. 27-A, X	apoiar a elaboração de normas e critérios de classificação quanto ao grau de sigilo de informações e dados da ANS	Art. 30, X	contribuir nas normas e no estabelecimento de critérios de classificação quanto ao grau de sigilo de informações e dados da ANS;
Art. 27-A, XI	auxiliar GGISS na elaboração de normas e critérios de validação para as atividades de cessão e disseminação de informações automatizadas e o acesso às bases de dados corporativas	Art. 30, XI	contribuir na determinação de critérios para a cessão e disseminação de informações automatizadas e o acesso às bases de dados corporativas;
Art. 27-A, XII	auxiliar a GGISS, na propositura e implementação de ações para a melhoria da qualidade dos dados e informações sob a guarda da ANS, inclusive de dados corporativos, avaliando relevância, uso e valor, identificando fontes e definindo periodicidade de atualização	Art. 30, XII	propor, planejar e coordenar, no âmbito de suas atribuições, a implementação de ações para a melhoria da qualidade dos dados e informações sob a guarda da ANS, inclusive de dados corporativos
Art. 27-A, XIII	Revoga-se		
Art. 27-A, XIV	realizar estudos e análises de interesse da ANS e dos demais segmentos do setor	Art. 30, XIII	realizar estudos setoriais e análises de interesse da ANS no âmbito de suas atribuições
Art. 27-A, XV	Revoga-se		
Art. 27-A, XVI	fazer a gestão dos procedimentos previstos para as operadoras, referentes ao envio de dados para o Sistema de Informação de Beneficiários - SIB	Art. 30, XIV	propor, planejar, coordenar e executar a gestão dos procedimentos previstos para as operadoras, referentes ao envio de dados para o Sistema de Informação de Beneficiários - SIB
Art. 27-A, XVII	Revoga-se		
Art. 27-A, XVIII		Art. 30, XV	
Art. 27-A, XIX		Art. 30, XVI	
Art. 27-A, XX	realizar estudos e elaborar indicadores setoriais de interesse da regulação		Inserido no art. 30, XVII
Art. 27-A, XXI	colaborar com os programas da ANS que se baseiem em análises de indicadores;	Art. 30, XVII	propor, planejar, coordenar e contribuir com os programas da Instituição que se baseiem em análises de indicadores;

COINF

Art. 27-A, §1º	Compete à Coordenadoria de Informação - COINF auxiliar a GEPIN no exercício das atribuições previstas nos incisos II, III, V, VI, VII, e coordenar os processos de trabalho executados pelos servidores desta área	Art. 30, §1º	Compete à Coordenadoria de Informações - COINF auxiliar a GEPIN no exercício das atribuições previstas nos incisos II, III, V, VI, VII, e coordenar os processos de trabalho executados pelos servidores desta área;
----------------	--	--------------	--

COBEN

Art. 27-A, §2º	Compete à Coordenadoria de Beneficiários - COBEN auxiliar a GEPIN no exercício das atribuições previstas nos incisos XVI, XVII, XVIII, XIX, e coordenar os processos de trabalho executados pelos servidores desta área	Art. 30, §2º	Compete à Coordenadoria de Beneficiários - COBEN auxiliar a GEPIN no exercício das atribuições previstas nos incisos XII, XIV, XV, XVI, e coordenar os processos de trabalho executados pelos servidores desta área
----------------	---	--------------	---

COAIN

Art. 27-A, §3º	Compete à Coordenadoria de Análises e Indicadores - COAIN auxiliar a GEPIN no exercício das atribuições previstas nos incisos IV, XIV, XX, XXI, e coordenar os processos de trabalho executados pelos servidores desta área.	Art. 30, §3º	§ 3º Compete à Coordenadoria de Análises e Indicadores - COAIN auxiliar a GEPIN no exercício das atribuições previstas nos incisos IV, XIII, XVII, e coordenar os processos de trabalho executados pelos servidores desta área.
----------------	--	--------------	---

GGISS

Art. 28	À Gerência-Geral de Informação e Sistemas - GGISS compete	Art. 31	
Art. 28, I	acompanhar e orientar as atividades exercidas por suas Coordenadorias, bem como o planejamento e a integração de suas atividades, promovendo e acompanhando indicadores das áreas;	Art. 31, I	supervisionar as atividades exercidas por suas Coordenadorias, bem como a integração de suas atividades
Art. 28, II	identificar e propor alternativas de aprimoramento operacional de suas Coordenadorias, bem como aprimoramento técnico dos agentes públicos	Art. 31, II	identificar a adequação dos processos de trabalho e propor alternativas de aprimoramento operacional das suas Coordenadorias bem como aprimoramento técnico dos agentes públicos
Art. 28, III	identificar a necessidade e propor aprimoramentos no arcabouço regulamentar nos assuntos de sua competência	Art. 31, IV	identificar a necessidade, realizar estudos e propor aprimoramentos no arcabouço regulamentar nos assuntos de sua competência
Art. 28, IV	Revogado		
Art. 28, V	Revogado		
Art. 28, VI	Revogado		
Art. 28, VII	planejar e coordenar as atividades de pesquisa, definição e disseminação, no âmbito da ANS, de normas e padrões de gestão da informação, de ferramentas e soluções dos sítios internos - intranet e externos - internet, de organização (armazém de dados), mineração e relacionamento de bases de dados;	Art. 31, VIII	planejar e coordenar as atividades de pesquisa, definição e disseminação, no âmbito da ANS, de procedimentos, normas e padrões de gestão de tecnologia da informação, de ferramentas e soluções dos sítios interno e externo da organização e de relacionamento de bases de dados externas e internas
Art. 28, VIII	Revogado		
Art. 28, IX	Revogado		
Art. 28, X	Revogado		
Art. 28, XI			
Art. 28, XII	Revogado		

Art. 28, XIII	articular com os órgãos centrais e setoriais de administração de recursos de informação e informática do Governo Federal, com vistas à implantação de Padrões de Interoperabilidade do Governo Eletrônico e a integração e intercâmbio de dados e sistemas	Art. 31, IX	contribuir para a articulação com os órgãos centrais e setoriais de administração de recursos de informação e informática da Administração Pública Federal, com vistas à implantação de Padrões de Interoperabilidade do Governo Eletrônico e a integração e intercâmbio de dados e sistemas
Art. 28, XIV	Revogado		
Art. 28, XV	Revogado		
Art. 28, XVI	Revogado		
Art. 28, XVII	Revogado		
Art. 28, XVIII	Revogado		
Art. 28, XIX	Revogado		
Art. 28, XX			
Art. 28, XXI	Revogado		
Art. 28, XXII	Revogado		
Art. 28, XXIII	Revogado		
Art. 28, XXIV	Revogado		
Art. 28, XXV	Revogado		
Art. 28, XXVI	Revogado		
Art. 28, XXVII	Revogado		
Art. 28, XXVIII	Revogado		
Art. 28, XXIX		Art. 31, V	
Art. 28, XXX		Art. 31, VII	
Art. 28, XXXI		Art. 31, X	
Art. 28, XXXII	elaborar propostas de Política de Informação, de Política de Segurança da Informação e de Plano Diretor de Tecnologia da Informação da ANS, e submetê-las à deliberação do C2i para posterior encaminhamento à DICOL	Art. 31, XI	elaborar propostas, promover a execução, o monitoramento e a avaliação de Políticas de Informação e de Segurança da Informação, bem como do Plano Diretor de Tecnologia da Informação da ANS, submetendo-as à deliberação do C2i para posterior encaminhamento à DICOL
Art. 28, XXXIII			
Art. 28, XXXIV			
Art. 28, XXXV			
Art. 28, XXXVI			
Art. 28, XXXVII	promover a garantia da qualidade dos dados e informações sob a guarda da ANS, inclusive de dados corporativos	Art. 31, XII	contribuir para a garantia da qualidade dos dados e informações sob a guarda da ANS, inclusive de dados corporativos;

Art. 28, XXXVIII			
Art. 28, XXXIX			
Art. 28, XL	Revogado		
		Art. 31, III	propor ações de interesse da Gerência Geral e da Diretoria, atuando de forma integrada com as áreas que detenham e/ou produzam informações no âmbito da ANS;
		Art. 31, VI	planejar e supervisionar ações que contribuam para a governança de tecnologia da informação, propiciando a otimização dos recursos, a automação e a integração dos processos de negócios da ANS, a disseminação de informações e a avaliação da satisfação dos usuários dos serviços de tecnologia da informação
		Art. 31, XIII	coordenar ações com as unidades organizacionais e comitês da ANS cujas atividades e programas apresentem interfaces relevantes com o universo da tecnologia da informação, no âmbito da saúde complementar
		Art. 31, XIV	supervisionar a atuação de suas coordenações na implementação das atribuições previstas nos incisos XV até XX, XXI e XXII, do artigo 24, que trata das atribuições da Diretoria de Desenvolvimento Setorial.
		Art. 31, XV	articular com os órgãos centrais e setoriais de administração de recursos de informação do Governo Federal, para a promoção da integração e do intercâmbio de dados e sistemas
COSIT			
Art. 28, § 1º		Art. 31, § 1º	
Art. 28, § 1º, I		Art. 31, § 1º, I	
Art. 28, § 1º, II		Art. 31, § 1º, II	
Art. 28, § 1º, III		Art. 31, § 1º, III	

Art. 28, § 1º, IV	propor e implementar, em conjunto com as demais áreas da ANS, ações para a melhoria da qualidade dos dados e informações sob a guarda da ANS, inclusive de dados corporativos, avaliando relevância, uso e valor, identificando fontes e definindo periodicidade de atualização;	Art. 31, § 1º, IV	participar e apoiar, em conjunto com as demais áreas da ANS, de ações para a melhoria da qualidade dos dados e informações sob a guarda da ANS, inclusive de dados corporativos
Art. 28, § 1º, V	planejar e executar os processos de instalação, configuração e administração dos bancos de dados sob a guarda da ANS;	Art. 31, § 1º, V	planejar e executar os processos de instalação, configuração, relacionamento entre bases e administração dos bancos de dados sob a guarda da ANS; zelando pelo desempenho, integridade e disponibilidade das bases de dados;
Art. 28, § 1º, VI		Art. 31, § 1º, VI	
Art. 28, § 1º, VII		Art. 31, § 1º, VIII	
Art. 28, § 1º, VIII		Art. 31, § 1º, IX	
Art. 28, § 1º, IX		Art. 31, § 1º, X	
Art. 28, § 1º, X		Art. 31, § 1º, XI	
Art. 28, § 1º, XI		Art. 31, § 1º, XII	
Art. 28, § 1º, XII		Art. 31, § 1º, XIII	
Art. 28, § 1º, XIII		Art. 31, § 1º, XIV	
Art. 28, § 1º, XIV	Revoga-se		
Art. 28, § 1º, XV	Revoga-se		
		Art. 31, § 1º, VII	auxiliar a construção, aprovar e manter os modelos de dados da ANS;

COSAP			
Art. 28, § 2º		Art. 31, § 2º	

Art. 28, § 2º, I		Art. 31, § 2º, I	
Art. 28, § 2º, II		Art. 31, § 2º, II	
Art. 28, § 2º, III		Art. 31, § 2º, III	
Art. 28, § 2º, IV		Art. 31, § 2º, IV	
Art. 28, § 2º, V		Art. 31, § 2º, V	
Art. 28, § 2º, VI	Revoga-se		
Art. 28, § 2º, VII	Revoga-se		

COMAG

Art. 28, § 3º		Art. 31, § 3º	
Art. 28, § 3º, I		Art. 31, § 3º, I	
Art. 28, § 3º, II		Art. 31, § 3º, II	
Art. 28, § 3º, III		Art. 31, § 3º, III	
Art. 28, § 3º, IV		Art. 31, § 3º, IV	
Art. 28, § 3º, V		Art. 31, § 3º, V	
Art. 28, § 3º, VI		Art. 31, § 3º, VI	
Art. 28, § 3º, VII	Revoga-se		
Art. 28, § 3º, VIII		Art. 31, § 3º, VII	
Art. 28, § 3º, IX	Revoga-se		
Art. 29	Revogado		
Art. 29-A	Revogado		Verificar a versão atual em pdf
Art. 30	Revogado		

DIOPE

Art. 31		Art. 32	
Art. 31, I		Art. 32, I	
Art. 31, I, a		Art. 32, I, a	
Art. 31, I, b		Art. 32, I, b	
Art. 31, I, c	Revogado		
Art. 31, I, d		Art. 32, I, c	
Art. 31, I, e		Art. 32, I, d	
Art. 31, I, f		Art. 32, I, e	
Art. 31, I, g		Art. 32, I, f	
Art. 31, I, h	Procedimentos de Adequação Econômico-Financeira das operadoras;	Art. 32, I, g	Procedimentos de Adequação Econômico-Financeira das operadoras - PAEF;
Art. 31, I, i		Art. 32, I, h	
Art. 31, II		Art. 32, II	
Art. 31, III		Art. 32, III	
Art. 31, IV		Art. 32, IV	
Art. 31, V		Art. 32, V	
Art. 31, VI		Art. 32, VI	
Art. 31, VII		Art. 32, VII	
Art. 31, VIII	informar à DICOL, quadrimestralmente, ou quando solicitado, as decisões proferidas nos Procedimentos de Adequação Econômico-Financeira das operadoras no período;	Art. 32, VIII	informar à DICOL, quadrimestralmente, ou quando solicitado, as decisões proferidas nos Procedimentos de Adequação Econômico-Financeira das operadoras - PAEF no período;
Art. 31, IX		Art. 32, IX	
Art. 31, X		Art. 32, X	
Art. 31, XI		Art. 32, XI	
Art. 31, XII		Art. 32, XII	
Art. 31, XIII	aprovar os Termos de Assunção de Obrigações - TAO apresentados pelas Operadoras sobre os assuntos de sua competência	Art. 32, XIII	aprovar os Termos de Assunção de Obrigações - TAO apresentados pelas operadoras sobre os assuntos de sua competência
Art. 31, XIV		Art. 32, XIV	
Art. 31, XV	Revogado		
Art. 31, XVI		Art. 32, XV	
Art. 31, XVII		Art. 32, XVI	

DIRAD/DIOPE

Art. 32		Art. 33	
Art. 32, § 1º	Revogado		
Art. 32, § 1º, I		Art. 33, I	
II		Art. 33, II	
III		Art. 33, III	
IV		Art. 33, IV	
Art. 32, § 2º		Art. 33, § 1º	
Art. 32-A		Art. 33, § 2º	
único		Art. 33, § 3º	
GGAME			
Art. 33		Art. 34	
Art. 33, I		Art. 34, I	
Art. 33, II		Art. 34, II	
Art. 33, III		Art. 34, III	
Art. 33, IV		Art. 34, IV	
Art. 33, V		Art. 34, V	
Art. 33, VI		Art. 34, VI	
Art. 33, VII	acompanhar todos os processos relacionados ao Programa de Qualificação das Operadoras e ao Programa de Conformidade Regulatória;	Art. 34, VII	Propor, no âmbito de suas competências, a formulação de novos indicadores, bem como o acompanhamento do processamento do Programa de Qualificação da Saúde Suplementar - Componente Operadoras e ao Programa de Conformidade Regulatória;
Art. 33, VIII		Art. 34, VIII	
GEOAP			
Art. 34		Art. 35	
Art. 34, I		Art. 35, I	
Art. 34, II		Art. 35, II	
Art. 34, III		Art. 35, III	
Art. 34, IV		Art. 35, IV	
Art. 34, V		Art. 35, V	
Art. 34, VI		Art. 35, VI	
Art. 34, VII	Revogado		
Art. 34, VIII	Revogado		
Art. 34, IX		Art. 35, VII	
Art. 34, X		Art. 35, VIII	

COAOP

Art. 34, § 1º

Art. 35, § 1º

COPAEF

Art. 34, § 2º

Art. 35, § 2º

Art. 34, § 3º Revogado

GEHAE

Art. 35

Art. 36

Art. 35, I

Art. 36, I

Art. 35, II

Art. 36, II

Art. 35, III Revogado

Art. 35, IV

Art. 36, III

Art. 35, V

Art. 36, IV

Art. 35, VI

Art. 36, V

Art. 35, VII

Art. 36, VI

Art. 35, VIII

Art. 36, VII

Art. 35, IX

Art. 36, VIII

Art. 35, X

Art. 36, IX

Art. 35, XI

Art. 36, X

Art. 35, XII

Art. 36, XI

Art. 35, XIII

Art. 36, XII

GGRE

Art. 36

Art. 37

Art. 36, I

Art. 37, I

Art. 36, II

Art. 37, II

Art. 36, III

Art. 37, III

Art. 36, IV

Art. 37, IV

Art. 36, V

Art. 37, V

Art. 36, VI

Art. 37, VI

Art. 36, VII

Art. 37, VII

Art. 36, VIII

Art. 37, VIII

Art. 36, IX

Art. 37, IX

Art. 36, X

Art. 37, X

Art. 36, XI Revogado

Art. 36, XII

Art. 37, XI

Art. 36, XIII		Art. 37, XII	
GEDIF			
Art. 37		Art. 38	
Art. 37, I	Revogado		
Art. 37, II		Art. 38, I	
Art. 37, III	Revogado		
Art. 37, IV		Art. 38, II	
Art. 37, V		Art. 38, III	
Art. 37, VI		Art. 38, IV	
Art. 37, VII		Art. 38, V	
CODIF			
Art. 37, § único		Art. 38, § único	
COLIQ			
Art. 37-A		Art. 39	
Art. 37-A, I		Art. 39, I	
Art. 37-A, II		Art. 39, II	
Art. 37-A, III			
Art. 37-A, IV	Revogado	Art. 39, III	
Art. 37-A, V		Art. 39, IV	
Art. 37-A, VI		Art. 39, V	
Art. 37-A, VII		Art. 39, VI	
Art. 37-A, VIII		Art. 39, VII	
Art. 37-A, IX		Art. 39, VIII	
Art. 37-A, X		Art. 39, IX	
Art. 37-A, XI ao XVIII	Revogado		
Art. 37-B e seus incisos	Revogado		
CARES			
Art. 37-C		Art. 40	

Art. 37-C, I	auxiliar o Gerente-Geral no exercício das atribuições previstas nos incisos III, VIII, IX, X, XI e XII do art. 37 e coordenar os processos de trabalho executados pelos servidores desta área;	Art. 40, I	
Art. 37-C, II		Art. 40, II	

DIPRO

Art. 38	Art. 38. À Diretoria de Produtos - DIPRO compete:	Art. 41	À Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos - DIPRO compete:
Art. 38, I	I - planejar, coordenar, organizar e controlar as atividades de regulamentação, habilitação, qualificação e acompanhamento dos produtos ou planos privados de assistência à saúde;	Art. 41, I	I - planejar, coordenar, organizar e controlar as atividades de regulamentação, habilitação, qualificação e acompanhamento dos produtos ou planos privados de assistência à saúde;
Art. 38, II	II - monitorar a evolução dos preços de produtos ou planos privados de assistência à saúde, prestadores de serviços e insumos;	Art. 41, III	III - monitorar a evolução dos preços de produtos ou planos privados de assistência à saúde, prestadores de serviços e insumos;
Art. 38, III	III - certificar produtos das operadoras, conforme o nível de habilitação assistencial e gerencial;	Art. 41, II	II - certificar produtos das operadoras, conforme o nível de habilitação assistencial e gerencial;
		Art. 41, IV	IV – efetuar estudos e propor normas referentes a:
Art. 38, IV	IV – efetuar estudos e propor normas referentes a reajustes e revisões das contraprestações pecuniárias dos planos privados de assistência à saúde;	Art. 41, IV, a	a) reajustes e revisões das contraprestações pecuniárias dos planos privados de assistência à saúde;
Art. 38, V	V – efetuar estudos e propor normas referentes a mecanismos de regulação do uso dos serviços de saúde adotados e utilizados pelas operadoras de planos de assistência à saúde;	Art. 41, IV, b	b) mecanismos de regulação do uso dos serviços de saúde adotados e utilizados pelas operadoras de planos de assistência à saúde;
Art. 38, VI	VI - efetuar estudos e propor normas referentes a rotinas e procedimentos para concessão, manutenção e cancelamento do registro dos produtos ou planos privados de assistência à saúde definidos no inciso I e no §1º do art. 1º da Lei nº 9.656, de 1998;	Art. 41, IV, c	c) rotinas e procedimentos para concessão, manutenção e cancelamento do registro dos produtos ou planos privados de assistência à saúde definidos no inciso I e no §1º do art. 1º da Lei nº 9.656, de 1998;

Art. 38, VII	efetuar estudos e propor normas referentes a conceitos e os procedimentos referentes às doenças e lesões preexistentes e suas implicações;	Art. 41, IV, d	d) conceitos e os procedimentos referentes às doenças e lesões preexistentes e suas implicações;
Art. 38, VIII	efetuar estudos, propor normas e realizar o monitoramento referentes aos aspectos assistenciais dos produtos ou planos privados de assistência à saúde, de beneficiários ativos e inativos, em especial em relação aos modelos assistenciais, às garantias de acesso e cobertura de procedimentos, às carências para acesso e sua portabilidade;	Art. 41, V	V - efetuar estudos, propor normas e realizar o monitoramento referentes aos aspectos assistenciais dos produtos ou planos privados de assistência à saúde, de beneficiários ativos e inativos, em especial em relação aos modelos assistenciais, às garantias de acesso e cobertura de procedimentos, às carências para acesso e sua portabilidade;
Art. 38, IX	indicar características gerais dos instrumentos contratuais utilizados pelas operadoras de planos de assistência à saúde com os contratantes de plano de saúde pessoas físicas ou jurídicas;	Art. 41, VI	VI - indicar características gerais dos instrumentos contratuais utilizados pelas operadoras de planos de assistência à saúde com os contratantes de plano de saúde pessoas físicas ou jurídicas;
Art. 38, X	estabelecer parâmetros e propor diretrizes referentes a programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças;	Art. 41, VII	VII - estabelecer parâmetros e propor diretrizes referentes a programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças;
Art. 38, XI	elaborar e publicar anuário e guias de produtos;	Art. 41, VIII	VIII - elaborar e publicar anuário e guias de produtos;
Art. 38, XII	desenvolver e manter, em conjunto com a área específica da ANS, sistemas de informações compreendendo dados econômico-financeiros e assistenciais dos produtos oferecidos e mantidos pelas operadoras setoriais;	Art. 41, IX	IX - desenvolver e manter, em conjunto com a área específica da ANS, sistemas de informações compreendendo dados econômico-financeiros e assistenciais dos produtos oferecidos e mantidos pelas operadoras setoriais;
Art. 38, XIII	constituir e coordenar grupos técnicos ou câmaras técnicas para discussão de temas relacionados às competências da Diretoria;	Art. 41, X	X - constituir e coordenar grupos técnicos ou câmaras técnicas para discussão de temas relacionados às competências da Diretoria;
Art. 38, XIV	elaborar e propor o rol de procedimentos e eventos em saúde;	Art. 41, XI	XI – elaborar e propor o rol de procedimentos e eventos em saúde;
Art. 38, XV	– elaborar e propor critérios de incorporação de tecnologias em saúde adotadas pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde; (Transformou-se em inciso XV, do artigo 41, da nova versão) (O inciso é repetido no inciso XXI na RN atual)	Art. 41, XV	XV – elaborar e propor critérios de incorporação de tecnologias em saúde adotadas pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde.

Art. 38, XVI	sugerir indicadores para avaliação, monitoramento e divulgação do perfil da organização e produção de ações e serviços de saúde pelas operadoras;	Art. 41, XII	XII - sugerir indicadores para avaliação, monitoramento e divulgação do perfil da organização e produção de ações e serviços de saúde pelas operadoras;
Art. 38, XVII	elaborar e propor critérios de migração e adaptação de contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 1999;	Art. 41, XIII	XIII – elaborar e propor critérios de migração e adaptação de contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 1999;
Art. 38, XVIII	supervisionar o processo de alienação de carteira das operadoras de planos privados de assistência à saúde; (Juntou-se o inciso XVIII e XIX da RN atual)	Art. 41, XIV	XIV – autorizar e supervisionar o processo de alienação e transferência de carteira das operadoras de planos privados de assistência à saúde;
Art. 38, XIX	autorizar a alienação e transferência das carteiras de planos privados de assistência à saúde das operadoras, na forma da regulação em vigor; e		
Art. 38, XX	propor diretrizes para instauração do regime especial de Direção Técnica e alienação de carteira;	Art. 41, XVII	XVII – propor diretrizes para instauração do regime especial de Direção Técnica e alienação de carteira;
Art. 38, XXI	elaborar e propor critérios de incorporação de tecnologias em saúde adotadas pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde.		(Transformou-se em inciso XV, do artigo 41, da nova versão, com a observação que o presente inciso é igual ao inciso XV da atual RN)
Art. 38, XXII	promover visitas técnicas com vistas ao acompanhamento das operadoras e verificação das informações encaminhadas à ANS, no âmbito de sua competência;	Art. 41, XVI	XVI - promover visitas técnicas com vistas ao acompanhamento das operadoras e verificação das informações encaminhadas à ANS, no âmbito de sua competência;
Art. 38, XXIII	propor à Diretoria Colegiada da ANS, a instauração do Regime Especial de Direção Técnica e Alienação de Carteira, conforme o disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 1998; e	Art. 41, XX	XX – propor à Diretoria Colegiada da ANS, a instauração do Regime Especial de Direção Técnica e Alienação de Carteira, conforme o disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 1998;
Art. 38, XXIV	aprovar ou rejeitar o Plano de Recuperação Assistencial apresentado pela operadora de planos privados de assistência à saúde; e	Art. 41, XVIII	XVIII – aprovar ou rejeitar o Plano de Recuperação Assistencial apresentado pela operadora de planos privados de assistência à saúde;
Art. 38, XXV	acompanhar o Programa de Saneamento Assistencial apresentado pela operadora de planos privados de assistência à saúde, podendo fazer considerações para o melhor desenvolvimento da Direção Técnica.	Art. 41, XIX	XIX – acompanhar o Programa de Saneamento Assistencial apresentado pela operadora de planos privados de assistência à saúde, podendo fazer considerações para o melhor desenvolvimento da Direção Técnica;
Art. 38, XXVI	encaminhar à DIFIS, através da DIRAD e/ou suas gerências, comunicação acerca de indícios de infração por descumprimento da legislação de saúde suplementar, para apuração e aplicação das penalidades cabíveis, ressalvadas as hipóteses previstas no inciso XXVII deste artigo;	Art. 41, XXI	XXI - encaminhar à DIFIS, através da DIRAD e/ou suas gerências, comunicação acerca de indícios de infração por descumprimento da legislação de saúde suplementar, para apuração e aplicação das penalidades cabíveis, ressalvadas as hipóteses previstas no inciso XXII deste artigo;

Art. 38, XXVII	instaurar e instruir o processo administrativo de apuração de infrações e aplicação de sanções por descumprimento da legislação de saúde suplementar, relativo ao não envio de informações periódicas de sua competência.	Art. 41, XXII	XXII - acompanhar e coordenar o processo administrativo de apuração de infrações e aplicação de sanções por descumprimento da legislação de saúde suplementar, relativo ao não envio de informações periódicas de sua competência.
DIRAD/DIPRO			
Art. 39		Art. 42	À Diretoria-Adjunta – DIRAD/DIPRO, além das atribuições previstas no art. 41 e no art. 84, compete:
Art. 39, I	Revogado		
Art. 39, II		Art. 42, I	
Art. 39, III		Art. 42, II	
Art. 39, IV		Art. 42, III	
Art. 39, § 1º		Art. 42, § único	
Art. 39, § 1º, I ao XV	Revogados		
ASSNT/DIRAD/DIPRO			
Art. 39, § 2º	Compete à ASSNT/DIPRO, além das atribuições previstas no parágrafo anterior, a elaboração de estudos, pesquisas, trabalhos e outras atividades determinadas pelo Diretor	Art. 43	Compete à ASSNT/DIPRO, além das atribuições previstas no parágrafo único do artigo 42:
		Art. 43, I	I - a elaboração de estudos, pesquisas, trabalhos e outras atividades determinadas pelo Diretor e Diretor Adjunto;
		Art. 43, II	II – participar de grupos de trabalho envolvidos na elaboração de atos normativos que serão apreciados pela DIPRO;
		Art. 43, III	III – analisar, processar e auxiliar na elaboração de respostas dos atos e correspondências encaminhados para DIRAD/DIPRO;
		Art. 43, IV	IV – responder consultas e dar suporte normativo as outras gerências da DIPRO;
		Art. 43, V	V – subsidiar as atividades parlamentares relacionadas com a saúde suplementar, que tenham sido encaminhadas pela Assessoria
		Art. 43, VI	VI - elaborar estudos, pesquisas, trabalhos e outras atividades determinadas pelo Diretor e Diretor-Adjunto.
		Art. 43, VII	VII – participar de grupos de trabalho, câmaras técnicas e comitês conforme determinado pelo Diretor e Diretor-Adjunto;
		Art. 43, VIII	VIII – elaboração de notas técnicas de competência da DIPRO;
		Art. 43, § único	Parágrafo único: Compete ao assessor normativo designar, coordenar e supervisionar a execução de tarefas no âmbito da ASSNT/DIRAD, bem como exercer as funções de chefia imediata de
GEDIT			

Art. 39-A		Art. 44	
Art. 39-A, I	propor e acompanhar a instauração do Regime de Direção Técnica, conforme o disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 1998;	Art. 44, I	I – sugerir , acompanhar a instauração e executar os processos relativos ao Regime de Direção Técnica, conforme o disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 1998;
Art. 39-A, II	analisar critérios e indicadores formulados para a instauração do regime especial de Direção Técnica;	Art. 44, II	
Art. 39-A, III	conduzir e executar os processos relativos ao regime especial de Direção Técnica;		Transformou-se em inciso I, do art.44, da nova versão, bem como, retirado o verbo conduzir que tem o mesmo sentido de acompanhar e executar no presente caso
Art. 39-A, IV	coordenar a equipe na condução dos atos e processos referentes ao regime especial de Direção Técnica;	Art. 44, III	
Art. 39-A, V		Art. 44, IV	
Art. 39-A, VI		Art. 44, V	
Art. 39-A, VII		Art. 44, VI	
Art. 39-A, VIII		Art. 44, VII	
Art. 39-A, IX	Esse artigo não existia		
Art. 39-A, X		Art. 44, VIII	
Art. 39-A, XI		Art. 44, IX	
GGEOP			
Art. 40		Art. 45	
Art. 40, I	elaboração e proposição de normas, rotinas e procedimentos para solicitação, concessão, manutenção, alteração, adequação e cancelamento de registro dos produtos definidos no inciso I e no §1º do art. 1º da Lei nº 9.656, de 1998;	Art. 45, I	I - elaboração e proposição de normas, rotinas e procedimentos para:
		Art. 45, I, a	a) solicitação, concessão, manutenção, alteração, adequação e cancelamento de registro dos produtos definidos no inciso I e no §1º do art. 1º da Lei nº 9.656, de 1998;
Art. 40, II	autorização, alteração, suspensão e cancelamento do registro dos produtos referidos no inciso I deste artigo;	Art. 45, III	III - autorização, alteração, suspensão e cancelamento do registro dos produtos referidos no inciso I, alínea “a” deste artigo;
Art. 40, III	elaboração e proposição de normas, rotinas e procedimentos para cadastro de planos privados de assistência à saúde contratados antes de 1º de janeiro de 1999;	Art. 45, I, b	b) cadastro de planos privados de assistência à saúde contratados antes de 1º de janeiro de 1999;

Art. 40, IV	elaboração e proposição de normas estabelecedoras das características gerais dos instrumentos contratuais a serem celebrados entre as operadoras de planos de assistência à saúde e os consumidores dos produtos referidos no inciso I deste artigo;	Art. 45, II	II - elaboração e proposição de normas estabelecedoras das características gerais dos instrumentos contratuais a serem celebrados entre as operadoras de planos de assistência à saúde e os consumidores dos produtos referidos no inciso I, alínea "a" deste artigo;
Art. 40, V	análise das alterações nas redes assistenciais dos produtos referidos no inciso I deste artigo quanto à substituição de entidade hospitalar e ao redimensionamento da rede hospitalar por redução, previstos no art. 17 da Lei nº 9.656, de 1998;	Art. 45, IV	IV - análise das alterações nas redes assistenciais dos produtos referidos no inciso I, alínea "a" deste artigo quanto à substituição de entidade hospitalar e ao redimensionamento da rede hospitalar por redução, previstos no art. 17 da Lei nº 9.656, de 1998;
Art. 40, VI	autorização de redimensionamento da rede hospitalar por redução, previsto no art. 17 da Lei nº 9.656, de 1998 dos planos privados de assistência à saúde;	Art. 45, V	V - autorização de redimensionamento da rede hospitalar por redução, previsto no art. 17 da Lei nº 9.656, de 1998 dos planos privados de assistência à saúde;
Art. 40, VII	estabelecimento de critérios, elaboração e proposição de normas, rotinas e procedimentos para formalização de convênio de adesão para patrocinador de autogestão e celebração de contrato que altere a forma direta de administração da sua rede assistencial;	Art. 45, I, e	e) estabelecimento de critérios para formalização de convênio de adesão para patrocinador de autogestão e celebração de contrato que altere a forma direta de administração da sua rede assistencial;
Art. 40, VIII	elaboração e proposição de normas, rotinas e procedimentos para transferência das carteiras de planos privados de assistência à saúde das operadoras, bem como para oferta pública das referências operacionais e do cadastro de beneficiários de operadoras;	Art. 45, I, c	c) transferência das carteiras de planos privados de assistência à saúde das operadoras, bem como para oferta pública das referências operacionais e do cadastro de beneficiários de operadoras;
Art. 40, IX	processamento e execução de todas as atividades necessárias para a transferência das carteiras de planos privados de assistência à saúde das operadoras, bem como para a oferta pública das referências operacionais e do cadastro de beneficiários de operadoras;	Art. 45, VI	
Art. 40, X	Revogado		
Art. 40, XI	Revogado		
Art. 40, XII	Revogado		
Art. 40, XIII	Revogado		
Art. 40, XIV	Revogado		
Art. 40, XV	Revogado		
Art. 40, XVI	estabelecimento de critérios para análise e enquadramento de operações no conceito de adoção e utilização pelas operadoras dos produtos referidos no inciso I deste artigo de mecanismos de regulação do uso dos serviços de saúde;	Art. 45, VII	VII - estabelecer critérios para:
		Art. 45, VII, a	a) análise e enquadramento de operações no conceito de adoção e utilização pelas operadoras dos produtos referidos no inciso I, alínea "a" deste artigo de mecanismos de regulação do uso dos serviços de saúde;

Art. 40, XVII	elaboração e proposição de normas, rotinas e procedimentos relativos aos conceitos de doença e lesão preexistentes;	Art. 45, I, d	d) relativos aos conceitos de doença e lesão preexistentes; e
Art. 40, XVIII	instauração e condução do processo administrativo para comprovação do conhecimento prévio de Doença e Lesão Preexistente - DLP pelo beneficiário de plano privado de assistência à saúde, no âmbito da ANS, até a decisão que será proferida pelo Diretor;	Art. 45, VIII	
Art. 40, XIX	estabelecimento de critérios, responsabilidades e obrigações, elaboração e proposição de normas para garantia dos direitos assegurados no art. 30 e no art. 31 da Lei nº 9.656, de 1998;	Art. 45, IX	
Art. 40, XX	participação das atividades planejadas e coordenadas pela GGRAS e integradas com as demais áreas da DIPRO ou da ANS, com vistas à realização conjunta de atos preparatórios e desdobramentos de visitas técnicas;	Art. 45, X	
Art. 40, XXI	estabelecimento de critérios para análise e enquadramento de operações no conceito dos produtos referidos no inciso I deste artigo;	Art. 45, VII, b	b) análise e enquadramento de operações no conceito dos produtos referidos no inciso I, alínea "a" deste artigo;
Art. 40, XXII	estabelecimento de critérios para análise dos procedimentos operacionais relacionados à adaptação e migração de contratos, excetuados os aspectos econômico-financeiros e assistenciais;	Art. 45, VII, c	c) análise dos procedimentos operacionais relacionados à adaptação e migração de contratos, excetuados os aspectos econômico-financeiros e assistenciais;
Art. 40, XXIII			
Art. 40, XXIV	atuação em conjunto com a Gerência-Geral de Informação e Sistemas - GGISS, da Diretoria de Desenvolvimento Setorial - DIDES, objetivando:	Art. 45, XI	
Art. 40, XXIV, a	gerir as regras de negócios dos sistemas de responsabilidade técnica da GGEOP, bem como todos os aplicativos e as funcionalidades inerentes; e	Art. 45, XI, a	
Art. 40, XXIV, b	aperfeiçoar e propor a sistematização dos processos de trabalho inerentes à GGEOP.	Art. 45, XI, b	

GEMOP

Art. 41	À Gerência de Estrutura, Manutenção e Operação dos Produtos - GEMOP compete auxiliar a GGEOP no planejamento, na coordenação e no controle, bem como executar e conduzir a execução, de todos os processos de trabalho inerentes às atribuições previstas nos incisos I a XX do artigo 40.	Art. 46	À Gerência de Estrutura, Manutenção e Operação dos Produtos - GEMOP compete auxiliar a GGEOP no planejamento, na coordenação e no controle, bem como executar e conduzir a execução, de todos os processos de trabalho inerentes às atribuições previstas no artigo 45 .
Art. 41, § 1º	Os servidores lotados na GEMOP poderão executar os processos de trabalho previsto nos incisos I a XX do artigo 40, atribuídos à GEMOP, a critério da Gerência-geral.	Art. 46, § 1º	§1º Os servidores lotados na GEMOP poderão executar os processos de trabalho previsto no artigo 45 , atribuídos à GEMOP, a critério da Gerência-geral;
Art. 41, § 2º		Art. 46, § 2º	
Art. 42	Revogado		
GGEFP			
Art. 43		Art. 47	
Art. 43, I		Art. 47, I	
Art. 43, II		Art. 47, II	
Art. 43, III		Art. 47, III	
Art. 43, III, a		Art. 47, III, a	
Art. 43, III, b		Art. 47, III, b	
Art. 43, III, c		Art. 47, III, c	
Art. 43, III, d		Art. 47, III, d	
Art. 43, IV	migração e adaptação de contratos celebrados antes de 1o de janeiro de 1999;	Art. 47, IV	IV – indicar os aspectos econômico-financeiros relacionados com a migração e adaptação de contratos;
Art. 43, V		Art. 47, V	
Art. 43, VI		Art. 47, VI	
Art. 43, VII		Art. 47, VII	
Art. 43, VIII		Art. 47, VIII	
Art. 43, IX		Art. 47, IX	
Art. 43, X		Art. 47, X	
Art. 43, XI		Art. 47, XI	
Art. 43, XII		Art. 47, XII	
		Art. 47, XIII	XIII - participação das atividades planejadas e coordenadas pela GGRAS e integradas com as demais áreas da DIPRO ou da ANS, com vistas à realização conjunta de atos preparatórios e desdobramentos de visitas técnicas;

		Art. 47, XIV	XIV - instaurar e instruir o processo administrativo de apuração de infrações e aplicação de sanções por descumprimento da legislação de saúde suplementar, relativo ao não envio de informações periódicas de sua competência.
GMEP			
Art. 44	À Gerência de Monitoramento Econômico dos Produtos - GMEP compete auxiliar a GGEFP no planejamento, na coordenação e no controle, bem como executar e conduzir a execução, de todos os processos de trabalho inerentes às atribuições previstas nos incisos I a XII do artigo 43.	Art. 48	À Gerência de Monitoramento Econômico dos Produtos - GMEP compete auxiliar a GGEFP no planejamento, na coordenação e no controle, bem como executar e conduzir a execução, de todos os processos de trabalho inerentes às atribuições previstas no artigo 47 ;
VII	Revogados		
Art. 44, § 1º	Os servidores lotados na GMEP poderão executar os processos de trabalho previsto nos incisos I a XII do artigo 43, atribuídos à GMEP, a critério da Gerência-Geral.	Art. 48, § 1º	§1º Os servidores lotados na GMEP poderão executar os processos de trabalho previsto no artigo 47 , atribuídos à GMEP, a critério da Gerência-Geral.
Art. 44, § 2º		Art. 48, § 2º	
Art. 45	Revogado		
GGRAS			
Art. 46		Art. 49	
Art. 46, I		Art. 49, I	
Art. 46, II		Art. 49, II	
Art. 46, III		Art. 49, III	
Art. 46, IV		Art. 49, IV	
Art. 46, V	coordenar as atividades relacionadas à elaboração, adoção, implementação, monitoramento e avaliação conjunta de diretrizes clínicas na saúde suplementar em parceria com associações de especialistas, conselhos profissionais, Ministério da Saúde e outras instituições;	Art. 49, V	V - coordenar as atividades relacionadas:
		Art. 49, V, a	a) à elaboração, adoção, implementação, monitoramento e avaliação conjunta de diretrizes clínicas na saúde suplementar em parceria com associações de especialistas, conselhos profissionais, Ministério da Saúde e outras instituições;
Art. 46, VI	coordenar as atividades referentes à constituição, organização, monitoramento e efetividade das ações e programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças;	Art. 49, V, b	b) à constituição, organização, monitoramento e efetividade das ações e programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças;
Art. 46, VII	propor e coordenar as atividades relacionadas à constituição, elaboração, implementação e monitoramento de diretrizes assistenciais específicas para determinadas áreas de atenção à saúde;	Art. 49, VI	

Art. 46, VIII	coordenar ações e projetos assistenciais relacionados ao envelhecimento populacional na saúde suplementar com vistas à melhoria do cuidado em saúde;	Art. 49, VII	
Art. 46, IX	coordenar a análise e revisão periódica, em parceria com as demais áreas da DIPRO, do rol de procedimentos e eventos em saúde, inclusive odontológicos, que constitui a referência básica para as coberturas mínimas obrigatórias ofertadas pelos produtos das operadoras de planos privados de assistência à saúde;	Art. 49, VIII	
Art. 46, X	coordenar a avaliação e monitoramento do perfil da organização e produção de ações e serviços de saúde pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde;	Art. 49, IX	
Art. 46, XI	dispor sobre a constituição, organização, funcionamento e definição de critérios para o oferecimento de coberturas assistenciais além daquelas previstas como coberturas mínimas obrigatórias ofertadas pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde;	Art. 49, X	
Art. 46, XII	coordenar as atividades relacionadas à organização, funcionamento e gestão de tecnologias em saúde, no que concerne à avaliação, incorporação, monitoramento de tecnologias em saúde e elaboração de diretrizes de utilização dos produtos das operadoras de planos privados de assistência à saúde;	Art. 49, V, c	
Art. 46, XIII	coordenar e propor, em conjunto com as áreas específicas da ANS, sistemas de informações compreendendo dados econômico financeiros e assistenciais dos produtos oferecidos e mantidos pelas operadoras de planos privados de assistência a saúde;	Art. 49, XI	
Art. 46, XIV	coordenar as atividades relacionadas à constituição de parâmetros e indicadores de qualidade e cobertura para a assistência à saúde praticada pelos serviços próprios e de terceiros e para a avaliação dos programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças, todos relacionados aos produtos das operadoras de planos privados de assistência à saúde, objetivando subsidiar a realização de visitas técnicas;	Art. 49, V, d	d) à constituição de parâmetros e indicadores de qualidade e cobertura para a assistência à saúde praticada pelos serviços próprios e de terceiros e para a avaliação dos programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças, todos relacionados aos produtos das operadoras de planos privados de assistência à saúde, objetivando subsidiar a realização de visitas técnicas;

Art. 46, XV	coordenar as atividades relacionadas à constituição de diretrizes, definição de parâmetros e indicadores para avaliação de desequilíbrios de natureza econômico-financeira e atuarial relacionados aos produtos das operadoras de planos privados de assistência à saúde, objetivando subsidiar a realização de visitas técnicas;	Art. 49, V, e	e) à constituição de diretrizes, definição de parâmetros e indicadores para avaliação de desequilíbrios de natureza econômico-financeira e atuarial relacionados aos produtos das operadoras de planos privados de assistência à saúde, objetivando subsidiar a realização de visitas técnicas;
Art. 46, XVI	coordenar as atividades relacionadas a constituição de diretrizes, organização e execução conjunta de todos os procedimentos necessários à realização de visitas técnicas para o monitoramento de anormalidades administrativas e assistenciais relacionadas aos produtos das operadoras de planos privados de assistência à saúde que possam constituir risco à qualidade ou à continuidade do atendimento à saúde dos	Art. 49, V, f	f) à constituição de diretrizes, organização e execução conjunta de todos os procedimentos necessários à realização de visitas técnicas para o monitoramento de anormalidades administrativas e assistenciais relacionadas aos produtos das operadoras de planos privados de assistência à saúde que possam constituir risco à qualidade ou à continuidade do atendimento à saúde dos beneficiários;
Art. 46, XVII	promover e coordenar atividades integradas com as demais áreas da DIPRO ou da ANS, com vistas a realização conjunta de visitas técnicas;	Art. 49, XII	
Art. 46, XVIII	analisar, executar as atividades relacionadas à elaboração de indicadores e à constituição de parâmetros para o monitoramento da atuação das operadoras em relação aos mecanismos de regulação do acesso e utilização dos serviços de saúde; e	Art. 49, XIII	
Art. 46, XIX	coordenar as atividades relacionadas à elaboração de indicadores e à constituição de parâmetros para o monitoramento da atuação das operadoras em relação aos mecanismos de regulação do acesso e utilização dos serviços de saúde, assim como os relacionados aos programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças.	Art. 49, V, g	g) à elaboração de indicadores e à constituição de parâmetros para o monitoramento da atuação das operadoras em relação aos mecanismos de regulação do acesso e utilização dos serviços de saúde, assim como os relacionados aos programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças.
Art. 46, XX	elaborar e propor normas relativas à adoção e utilização pelas operadoras dos produtos referidos no inciso I deste artigo de mecanismos de regulação do uso dos serviços de saúde; e	Art. 49, XIV	XIV - elaborar e propor normas relativas à adoção e utilização pelas operadoras dos produtos referidos no inciso I deste artigo de mecanismos de regulação do uso dos serviços de saúde; e
Art. 46, XXI	coordenar as atividades relacionadas ao estabelecimento de critérios para análise e enquadramento de operações no conceito de adoção e utilização pelas operadoras dos produtos referidos no inciso I deste artigo de mecanismos de regulação do uso dos serviços de saúde.	Art. 49, V, h	h) ao estabelecimento de critérios para análise e enquadramento de operações no conceito de adoção e utilização pelas operadoras dos produtos referidos no inciso I deste artigo de mecanismos de regulação do uso dos serviços de saúde; e
		Art. 49, V, i	i) ao Comitê Permanente de Regulação da Atenção à Saúde – COSAÚDE.

		Art. 49, XV	XV - instaurar e instruir o processo administrativo de apuração de infrações e aplicação de sanções por descumprimento da legislação de saúde suplementar, relativo ao não envio de informações periódicas de sua competência.
GMOA			
Art. 47		Art. 50	
Art. 47, I		Art. 50, I	
Art. 47, II		Art. 50, II	
Art. 47, III		Art. 50, III	
Art. 47, IV		Art. 50, IV	
Art. 47, V	propor e executar as atividades relacionadas à implementação e ao monitoramento conjunto de diretrizes clínicas na saúde suplementar;		(Foi transferido para a GEAS, inciso XI, do artigo 51, da nv)
Art. 47, VI	coordenar e executar as atividades relacionadas à implementação e ao monitoramento de diretrizes assistenciais específicas para determinadas áreas de atenção à saúde;	Art. 50, V	
Art. 47, VII	promover o monitoramento das operadoras posteriormente à recuperação assistencial em virtude do cumprimento integral do Plano de Recuperação Assistencial ou ao encerramento do Regime Especial de Direção Técnica;	Art. 50, VI	
Art. 47, VIII	coordenar, analisar e executar as atividades relacionadas à constituição de diretrizes, elaboração de indicadores e definição de parâmetros para avaliação e monitoramento de desequilíbrios de natureza econômico-financeira e atuarial relacionados aos produtos das operadoras de planos privados de assistência à saúde;	Art. 50, VII	
Art. 47, IX	executar as atividades relacionadas à constituição, organização e definição de critérios para a solicitação de informações periódicas sobre as coberturas assistenciais e aspectos epidemiológicos relativos à prestação de serviços em saúde ambulatoriais, hospitalares e odontológicos no âmbito da saúde suplementar; e	Art. 50, VIII	

Art. 47, X	atualização e monitoramento do cadastro do coordenador médico das operadoras de planos privados de assistência à saúde.		Revogar, pois o coordenador médico não é mais obrigatório
	(Oriundo das atribuições da GEAS - art. 48, I, da versão atual da RN)	Art. 50, IX	IX- estudar e avaliar os modelos assistenciais e serviços prestados pelas operadoras sob os aspectos epidemiológicos de cobertura e qualidade; e
	(Oriundo das atribuições da GEAS - art. 48, V, da versão atual da RN)	Art. 50, X	X - organizar e estudar sobre a constituição, organização e efetividade das ações e programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças.
GEAS			
Art. 48		Art. 51	
Art. 48, I	estudar e avaliar os modelos assistenciais e serviços prestados pelas operadoras sob os aspectos epidemiológicos de cobertura e qualidade;		Transferido para as atribuições da GEMOA , art. 50, inciso IX, da nv
Art. 48, II	propor e participar de iniciativas de cooperação técnica com órgãos e instituições públicas e privadas de saúde sobre avaliação de tecnologias em saúde e coordenar tais iniciativas no âmbito da ANS;	Art. 51, I	
Art. 48, III	estudar e monitorar a atuação das operadoras e prestadores de serviços em relação à abrangência das coberturas assistenciais e dos procedimentos obrigatórios;	Art. 51, II	
Art. 48, IV	propor e executar atividades relacionadas a elaboração, adoção e avaliação conjunta de diretrizes clínicas na saúde suplementar;	Art. 51, III	
Art. 48, V	organizar e estudar sobre a constituição, organização e efetividade das ações e programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças;		Transferido para as atribuições da GEMOA, inciso X, art.50, da nova versão
Art. 48, VI	executar as atividades relacionadas à constituição e elaboração de diretrizes assistenciais específicas para determinadas áreas de atenção à saúde;	Art. 51, IV	
Art. 48, VII	analisar e rever periodicamente, em parceria com as demais áreas da DIPRO, o rol de procedimentos e eventos em saúde, inclusive odontológicos, que constitui a referência básica para as coberturas mínimas obrigatórias ofertadas pelos produtos das operadoras de planos privados de assistência à saúde;	Art. 51, V	

Art. 48, VIII	avaliar tecnologias em saúde com vistas a subsidiar a atualização do rol de procedimentos e eventos em saúde;	Art. 51, VI	
Art. 48, IX	funcionamento e gestão de tecnologias em saúde, no que concerne à avaliação, incorporação, monitoramento de tecnologias em saúde e elaboração de diretrizes de utilização dos produtos das operadoras de planos privados de assistência à saúde; e	Art. 51, VII	
Art. 48, X	estudar, formular e propor a implementação de projetos estratégicos assistenciais com vistas a melhoria do cuidado em saúde na Saúde Suplementar.	Art. 51, VIII	
Art. 48, XI	analisar e executar as normas relativas à adoção e utilização pelas operadoras dos produtos referidos no inciso I deste artigo de mecanismos de regulação do uso dos serviços de saúde; e.	Art. 51, IX	
Art. 48, XII	executar e estabelecer critérios para análise e enquadramento de operações no conceito de adoção e utilização pelas operadoras dos produtos referidos no inciso I deste artigo de mecanismos de regulação do uso dos serviços de saúde.	Art. 51, X	X - executar e estabelecer critérios para análise e enquadramento de operações no conceito de adoção e utilização pelas operadoras dos produtos referidos no inciso IX, do art. 50 , de mecanismos de regulação do uso dos serviços de saúde; e
	(oriundo das atribuições da GEMOA - ART.47, inciso V, da norma atual)	Art. 51, XI	XI - propor e executar as atividades relacionadas à implementação e ao monitoramento conjunto de diretrizes clínicas na saúde suplementar;
DIFIS			
Art. 49		Art. 52	
Art. 49, I	promover a articulação com os órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor - SNDC e da sociedade civil organizada, inclusive ações de cooperação técnica, visando a eficácia da proteção e defesa do consumidor de serviços de assistência suplementar à saúde, observado o disposto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990;	Art. 52, I	promover a articulação com os órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor - SNDC e da sociedade civil organizada, inclusive ações de cooperação técnica e educativas para o consumo em saúde suplementar , visando a eficácia da proteção e defesa do consumidor de serviços de assistência suplementar à saúde, observado o disposto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990;
Art. 49, II	promover ações educativas para o consumo em saúde suplementar e a adoção de medidas para integração com os órgãos e entidades integrantes do SNDC e da sociedade civil organizada;		

Art. 49, III		Art. 52, II	
Art. 49, IV		Art. 52, III	
Art. 49, V		Art. 52, IV	
Art. 49, VI		Art. 52, V	
Art. 49, VII	definir as operadoras a serem objeto da fiscalização pró-ativa, no âmbito da GGFIS e dos Núcleos da ANS, conforme regulamentação específica;	Art. 52, VI	definir as operadoras a serem objeto da fiscalização pró-ativa, conforme regulamentação específica;
Art. 49, VIII		Art. 52, VII	
		Art. 52, VIII	supervisionar, coordenar e controlar as ações dos Núcleos da ANS, relacionadas ao exercício das atribuições de fiscalização previstas no artigo 59.
Art. 49, § único	Revogado		
Art. 49, § 1º		Art. 52, § 1º	
Art. 49, § 2º	§2º Ao Diretor da Fiscalização cabe indicar, à Diretoria Colegiada, os chefes dos Núcleos da ANS.	Art. 52, § 2º	§2º Ao Diretor da Fiscalização cabe indicar, à Diretoria Colegiada, os chefes dos Núcleos da ANS.
	Antigo art. 57	Art. 52, § 3º	À DIFIS cabe a supervisão, coordenação e controle das ações dos Núcleos da ANS relacionadas ao exercício das atribuições de fiscalização, inclusive a avaliação dos respectivos chefes dos Núcleos.

DIRAD/DIFIS

Art. 50	À Diretoria Adjunta – DIRAD/DIFIS, além das atribuições previstas no art. 49 e no art. 84, compete	Art. 53	Sem prejuízo das atribuições previstas no art. 84, à Diretoria Adjunta – DIRAD/DIFIS compete:
Art. 50, I		Art. 53, I	
Art. 50, II		Art. 53, II	
Art. 50, III		Art. 53, III	
Art. 50, IV		Art. 53, IV	
Art. 50, V		Art. 53, V	
Art. 50, VI		Art. 53, VI	
Art. 50, VII		Art. 53, VII	
Art. 50, VIII		Art. 53, VIII	
Art. 50, IX		Art. 53, IX	
Art. 50, X		Art. 53, X	
Art. 50, XI		Art. 53, XI	
Art. 50, XII		Art. 53, XII	
Art. 50, XIII		Art. 53, XIII	

Art. 50, XIV		Art. 53, XIV	
Art. 50, XV	Revogado		
Art. 50, XVI	Revogado		
Art. 50, XVII	Revogado		
Art. 50, XVIII		Art. 53, XV	
Art. 50, XIX		Art. 53, XVI	
Art. 50, XX	supervisionar o apoio administrativo da DIRAD/DIFIS		revogar, pois já está contemplado no atual inciso XXI.
Art. 50, XXI		Art. 53, XVII	
Art. 50, XXII		Art. 53, XVIII	
Art. 50, XXIII		Art. 53, XIX	
Art. 50, XXIV		Art. 53, XX	
Art. 50, XXV	a gestão de Recursos Humanos dos servidores e colaboradores da DIFIS;	Art. 53, XXI	supervisionar a gestão de Recursos Humanos dos servidores e colaboradores da DIFIS;
Art. 50, XXVI		Art. 53, XXII	
Art. 50, XXVII		Art. 53, XXIII	
Art. 50, XXVIII		Art. 53, XXIV	
Art. 50, § 1º		Art. 53, § 1º	
ASSNT			
Art. 50, § 1º, I		Art. 53, § 1º, I	
Art. 50, § 1º, I, a	Revogado		
Art. 50, § 1º, I, b	Revogado		
COERE			
Art. 50, § 1º, II	Revogado		
COOIG			
Art. 50, § 1º, III	Revogado		
Art. 50, § 1º, III, a	Revogado		
Art. 50, § 1º, III, b	Revogado		

Art. 50, § 1º, III, c	Revogado		
ASSIF			
Art. 50, § 1º, IV		Art. 53, § 1º, II	
ASSIS			
Art. 50, § 1º, V		Art. 53, § 1º, III	
COADM			
Art. 50, § 1º, VI		Art. 53, § 1º, IV	
AEGAB			
Art. 50, § 1º, VII		Art. 53, § 1º, V	
APRF			
Art. 50, § 1º, VIII	Revogado	Art. 53, § 1º, VI	
ASSNT/COERE/COOIG/ASSIF/ASSIS/COADM/AEGAB/APRF			
Art. 50, § 2º		Art. 53, § 2º	
Art. 50, § 3º		Art. 53, § 3º	
Art. 50, § 4º	Revogado		
Art. 50, § 5º	Revogado		
Art. 50, § 6º	Revogado		
Art. 50, § 7º	Revogado		
Art. 50, § 8º	Revogado		
Art. 50, § 9º	À ASSIF competem as atribuições previstas nos incisos IV, IX, X, XIV e XVIII do caput deste artigo;	Art. 53, § 4º	À ASSIF competem as atribuições previstas nos incisos, IV, IX, X, XIV e XV do caput deste artigo.
Art. 50, § 10		Art. 53, § 5º	
Art. 50, § 11	À COADM competem as atribuições previstas nos incisos XX, XXI e XXV do caput deste artigo	Art. 53, § 6º	À COADM competem as atribuições previstas nos incisos XVII e XXI do caput deste artigo.

Art. 50, § 12	À AEGAB competem as atribuições previstas nos incisos XXII, XXIII e XXIV do caput deste artigo.	Art. 53, § 7º	À AEGAB competem as atribuições previstas nos incisos XVIII, XIX e XX do caput deste artigo.
Art. 50, § 12, I	Revogado		
Art. 50, § 12, II	estabelecer critérios para a aferição da capacidade técnico-operacional das operadoras quanto à efetiva garantia de todos os benefícios de acesso à cobertura previstos na Lei nº 9.656, de 1998 e em seus regulamentos, para cada segmentação definida no art. 12 da referida lei, em especial quanto às redes assistenciais	Art. 53, § 12, II	Revogar, pois é o atual inciso XIX, antigo inciso XXIII do artigo anterior.
Art. 50, § 12, III	Revogado		
Art. 50, § 13	Revogado		
GGART			
Art. 51		Art. 54	
Art. 51, I		Art. 54, I	
Art. 51, II		Art. 54, II	
Art. 51, III		Art. 54, III	
Art. 51, IV		Art. 54, IV	
Art. 51, V		Art. 54, V	
Art. 51, VI		Art. 54, VI	
Art. 51, VII		Art. 54, VII	
GEART/COCEN/COMEC			
Art. 52	Compete à Gerência de Operações de Articulação interinstitucional - GEART o auxílio ao desempenho das atribuições previstas no art. 51.	Art. 55	Compete à Gerência de Operações de Articulação Interinstitucional - GEART o auxílio ao desempenho das atribuições previstas no art. 54.
Art. 52, § único		Art. 55, § único	
Art. 52, § único, I	Coordenadoria da Central de Relacionamento – COCEN	Art. 55, § único, I	Coordenadoria da Central de Relacionamento – COCEN, a qual compete as atribuições definidas nos incisos IV, V e VII do caput do artigo 54, além de promover a gestão dos serviços relativos ao Disque ANS e supervisionar o cumprimento de suas cláusulas contratuais.

Art. 52, § único, II	Coordenadoria de Mediação de Conflitos – COMEC	Art. 55, § único, II	Coordenadoria de Mediação de Conflitos – COMEC, a qual compete as atribuições definidas nos incisos VI e VII do caput do artigo 54.
Art. 52-A	À Coordenadoria da Central de Relacionamento competem as atribuições definidas nos incisos IV, V e VII do caput do artigo 51, além de promover a gestão dos serviços relativos ao Disque ANS e supervisionar o cumprimento de suas cláusulas contratuais		Inseri no novo Art. 55, § único, I
Art. 52 - B	À Coordenadoria de Mediação de Conflitos competem as atribuições definidas nos incisos VI e VII do caput do artigo 51		Inseri no novo Art. 55, § único, II
GGFIS			
Art. 53		Art. 56	
Art. 53, I	planejar, organizar, supervisionar e avaliar os processos de trabalho da fiscalização e também dos Núcleos da ANS, incluindo a avaliação de desempenho dos respectivos chefes; bem como requisitar informação e diligências destinadas à fiscalização e instrução processual;	Art. 56, I	planejar, organizar, supervisionar e avaliar os processos de trabalho da fiscalização e também dos Núcleos da ANS, bem como requisitar informação e diligências destinadas à fiscalização e instrução processual; (a avaliação de desempenho excluída do atual artigo foi inserida no inciso VIII do novo art. 52, § 3º)
Art. 53, II		Art. 56, II	
Art. 53, III		Art. 56, III	
Art. 53, IV		Art. 56, IV	
Art. 53, V		Art. 56, V	
Art. 53, VI		Art. 56, VI	
Art. 53, VII	avaliar, em conjunto com suas Gerências Operacionais, os relatórios elaborados por suas Coordenadorias e adotar as medidas necessárias para aprimoramento dos processos de trabalho da fiscalização;	Art. 56, VII	avaliar, em conjunto com suas Gerências, os relatórios elaborados por suas Coordenadorias e adotar as medidas necessárias para aprimoramento dos processos de trabalho da fiscalização;
Art. 53, VIII		Art. 56, VIII	
Art. 53, IX	Revogado		
Art. 53, X		Art. 56, IX	
Art. 53, XI	Revogado		
GEFIR			
Art. 54, § único	Revogado		

Art. 54, I		Art. 57, I	
Art. 54, II		Art. 57, II	
Art. 54, III		Art. 57, III	
Art. 54, IV		Art. 57, IV	
Art. 54, V		Art. 57, V	
Art. 54, VI		Art. 57, VI	
Art. 54, VII		Art. 57, VII	
Art. 54, VIII		Art. 57, VIII	
Art. 54, IX		Art. 57, IX	
Art. 54, § 1º		Art. 57, § 1º	
Art. 54, § 1º, I		Art. 57, § 1º, I	
Art. 54, § 1º, II		Art. 57, § 1º, II	
Art. 54, § 1º, III		Art. 57, § 1º, III	
Art. 54, § 1º, IV		Art. 57, § 1º, IV	
Art. 54, § 2º	A Coordenadoria de Fiscalização Econômico-Financeira – COEF cabem o planejamento, coordenação e execução das operações de fiscalização de cunho econômico-financeiro desenvolvidas pela GEFIR e pela GGFIS.	Art. 57, § 2º	A Coordenadoria de Fiscalização Econômico-Financeira – COEF cabe o planejamento, coordenação e execução das operações de fiscalização de cunho econômico-financeiro previstas no inciso I do art. 56, e nos incisos I a IV deste artigo.
Art. 54, § 3º	À Coordenadoria de Fiscalização Técnico-Assistencial – COFAS cabem o planejamento, coordenação e execução das operações de fiscalização de cunho técnico-assistencial desenvolvidas pela GEFIR e pela GGFIS.	Art. 57, § 3º	À Coordenadoria de Fiscalização Técnico-Assistencial – COFAS cabe o planejamento, coordenação e execução das operações de fiscalização de cunho técnico-assistencial previstas no inciso I do art. 56, e nos incisos I a IV deste artigo.
Art. 54, § 4º	A Coordenadoria de Ajuste – COAJU cabem o planejamento, negociação e fiscalização dos Termos de Compromisso e Termos de Compromisso de Ajuste de Conduta previstos no inciso VI do artigo 54	Art. 57, § 4º	A Coordenadoria de Ajuste – COAJU cabe o planejamento, negociação e fiscalização dos Termos de Compromisso e Termos de Compromisso de Ajuste de Conduta previstos no inciso VI do artigo 57.
Art. 54, § 5º	À Coordenadoria de Processos Sancionadores – COPS cabe auxiliar diretamente a GEFIR no exercício das atribuições previstas nos incisos II, III, IV, e IX deste artigo.	Art. 57, § 5º	À Coordenadoria de Processos Sancionadores – COPS cabe auxiliar diretamente a Gerência no exercício das atribuições previstas nos incisos II, III, IV, e IX deste artigo.
Art. 54, § 6º	Compete ainda à COEF, à COFAS, à COAJU e à COPS a integração de suas atividades com as demais coordenadorias da GGFIS.	Art. 57, § 6º	Compete ainda à COEF, à COFAS, à COAJU e à COPS a integração de suas atividades com as demais coordenadorias da Gerência-Geral.

Art. 55	Compete à Gerência de Supervisão dos Núcleos da ANS - GESUP o auxílio ao desempenho das atribuições previstas nos incisos I e II, VI e VIII do art. 53, e ainda:	Art. 58	Compete à Gerência de Supervisão dos Núcleos da ANS - GESUP o auxílio ao desempenho das atribuições previstas nos incisos I e II, VI e VIII do art. 56, e ainda:
Art. 55, I	Revogado		
Art. 55, II	Revogado		
Art. 55, III	Revogado		
Art. 55, IV	Revogado		
Art. 55, V	Revogado		
Art. 55, VI		Art. 58, I	
Art. 55, VII	aprovar e autorizar a publicação de Nota com o consolidado de entendimentos elaborado pela Coordenadoria de Entendimentos e determinar os devidos encaminhamentos	Art. 58, II	aprovar e autorizar a publicação de Nota com o consolidado de entendimentos elaborado pela Coordenadoria de Entendimentos - COENT - e determinar os devidos encaminhamentos
Art. 55, VIII	avaliar, em conjunto com a GGFIS, os relatórios elaborados por suas Coordenadorias e adotar as medidas necessárias para aprimoramento dos processos de trabalho da fiscalização.	Art. 58, III	avaliar, em conjunto com a Gerência-Geral imediata , os relatórios elaborados por suas Coordenadorias e adotar as medidas necessárias para aprimoramento dos processos de trabalho da fiscalização.
Art. 55, IX		Art. 58, IV	
Art. 55, X	levantar as necessidades de capacitação das equipes dos Núcleos para a elaboração, em parceria com a CODPT/DIGES e COADM/DIFIS, de um Programa de Educação Permanente da Fiscalização;	Art. 58, V	levantar as necessidades de capacitação das equipes dos Núcleos para a elaboração, em parceria com a CODPT/ GERH /DIGES e COADM/DIFIS, de um Programa de Educação Permanente da Fiscalização;
Art. 55, XI		Art. 58, VI	
Art. 55, XII	aprovar e autorizar a publicação de Nota com o consolidado de entendimentos elaborado pela Coordenadoria de Entendimentos e determinar os devidos encaminhamentos;	Art. 58, VII	aprovar e autorizar a publicação de Nota Técnica com o consolidado de entendimentos elaborado pela área responsável, determinando os devidos encaminhamentos;
Art. 55, § 1º		Art. 58, § 1º	
Art. 55, § 1º, I		Art. 58, § 1º, I	
Art. 55, § 1º, II		Art. 58, § 1º, II	
Art. 55, § 1º, III		Art. 58, § 1º, III	

Art. 55, § 2º	À COAFIS competem as atribuições definidas no inciso VI do art. 53 e ainda:	Art. 58, § 2º	À COAFIS compete as atribuições definidas no inciso VI do art. 56 e ainda:
Art. 55, § 2º, I		Art. 58, § 2º, I	
Art. 55, § 2º, II		Art. 58, § 2º, II	
Art. 55, § 2º, III		Art. 58, § 2º, III	
Art. 55, § 2º, IV		Art. 58, § 2º, IV	
Art. 55, § 2º, V	promover a integração de suas atividades com as demais coordenadorias da GGFIS;	Art. 58, § 2º, V	promover a integração de suas atividades com as demais coordenadorias da Gerência-Geral.

COENT

Art. 55, § 3º	À COENT competem as seguintes atribuições:	Art. 58, § 3º	À COENT compete as seguintes atribuições
Art. 55, § 3º, I		Art. 58, § 3º, I	
Art. 55, § 3º, II		Art. 58, § 3º, II	
Art. 55, § 3º, III		Art. 58, § 3º, III	
Art. 55, § 3º, IV	promover a integração de suas atividades com as demais coordenadorias da GGFIS	Art. 58, § 3º, IV	promover a integração de suas atividades com as demais coordenadorias da Gerência-Geral.

CGEST

Art. 55, § 4º		Art. 58, § 4º	
Art. 55, § 4º, I		Art. 58, § 4º, I	
Art. 55, § 4º, II		Art. 58, § 4º, II	
Art. 55, § 4º, III		Art. 58, § 4º, III	
Art. 55, § 4º, IV	auxiliar à GESUP no planejamento, implementação e organização do Fórum de Gestão da Fiscalização; e	Art. 58, § 4º, IV	auxiliar à Gerência no planejamento, implementação e organização do Fórum de Gestão da Fiscalização; e
Art. 55, § 4º, V	planejar e organizar, em articulação com a CODPT e a COADM/DIFIS, a formação e capacitação das equipes dos Núcleos da ANS em relação aos conteúdos próprios da fiscalização	Art. 58, § 4º, V	planejar e organizar, em articulação com a CODPT/ GERH/DIGES e a COADM/ DIRAD /DIFIS, a formação e capacitação das equipes dos Núcleos da ANS em relação aos conteúdos próprios da fiscalização;

COAJU			
Art. 56	Compete à Coordenadoria de Ajuste de Conduta - COAJU o auxílio direto à GGFIS no exercício das atribuições previstas nos incisos I, II, VII, VIII, XII e XIII do art. 53.		Revogar, pois este artigo já está no § 4º do art. 54. Esqueceram de revogá-lo.
Art. 56, § único	Revogado		
COJUR			
Art. 56 - A	Compete à Coordenadoria de Juízo de Admissibilidade e Reconsideração dos Recursos - COJUR o auxílio direto à GGFIS no exercício das atribuições previstas nos incisos I, II, V a VII, e XIII, do art. 53		Essa COJUR não existe. Atribuição atual da COAFIS.
NÚCLEOS DA ANS			
Art. 57	À DIFIS cabe a supervisão, coordenação e controle das ações dos Núcleos da ANS relacionadas ao exercício das atribuições de fiscalização previstas no parágrafo único deste artigo, inclusive a avaliação dos respectivos chefes;		Inserido no §3º do art. 52, com alterações.
Art. 57, § único	Competem aos núcleos da ANS, no âmbito das respectivas circunscrições territoriais, a avaliação de desempenho de todos os servidores lotado na unidade, que ficam subordinados hierarquicamente ao respectivo chefe de Núcleo, e também as seguintes atribuições de fiscalização.	Art. 59	Compete aos Núcleos da ANS, no âmbito das respectivas circunscrições territoriais, as seguintes atribuições de fiscalização:
Art. 57, I	realizar o atendimento aos consumidores/beneficiários de planos privados de assistência à saúde	Art. 59, I	realizar o atendimento presencial dos consumidores/beneficiários de planos privados de assistência à saúde;
Art. 57, II		Art. 59, II	
Art. 57, III		Art. 59, III	
Art. 57, IV		Art. 59, IV	
Art. 57, V		Art. 59, V	
Art. 57, VI		Art. 59, VI	
Art. 57, VII		Art. 59, VII	
Art. 57, VIII		Art. 59, VIII	
Art. 57, IX	participar de ações de articulação com órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor - SNDC e da sociedade civil organizada, em apoio à GGART;	Art. 59, IX	participar de ações de articulação com órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor - SNDC e da sociedade civil organizada, em conjunto com a SEGER ; (será necessário inserir essa atribuição na SEGER)
Art. 57, X		Art. 59, X	

Art. 57, XI	executar operações de fiscalização pró-ativa, no âmbito de programa específico, observado o disposto no inciso III, do artigo 53;	Art. 59, XI	executar operações de fiscalização pró-ativa, no âmbito de programa específico, observado o disposto no inciso III do artigo 56.
	Criado para abarcar o atual art. 57, § único.	Art. 59, § único	Compete aos Chefes dos Núcleos da ANS a avaliação de desempenho de todos os servidores lotado na sua unidade.

DIGES

Art. 58		Art. 60	
Art. 58, I		Art. 60, I	
Art. 58, II	II - planejar, controlar, orientar, avaliar e supervisionar as atividades exercidas por suas Gerências-Gerais, bem como propor diretrizes para o aprimoramento da gestão da ANS	Art. 60, II	II - planejar, controlar, orientar, avaliar e supervisionar as atividades exercidas por suas Gerências-Gerais;
Art. 58, III		Art. 60, III	
Art. 58, IV		Art. 60, IV	
Art. 58, V		Art. 60, V	
Art. 58, VI		Art. 60, VI	
Art. 58, VII		Art. 60, VII	
Art. 58, VIII	promover articulação com as demais Diretorias para o desenvolvimento e implantação da gestão por processos na ANS	Art. 60, VIII	VIII - propor, incentivar, supervisionar e promover articulação com as demais Diretorias para a implantação e o desenvolvimento da gestão por processos na ANS
Art. 58, IX	propor, incentivar e supervisionar a implantação da gestão por processos na ANS		
Art. 58, X	promover articulação com as demais Diretorias para o desenvolvimento e implantação da gestão por projetos na ANS	Art. 60, IX	IX - propor, incentivar, e supervisionar e promover articulação com as demais Diretorias para a implantação e o desenvolvimento da gestão por projetos na ANS
Art. 58, XI	propor, incentivar e supervisionar a implantação da gestão por projetos na ANS		

Art. 58, XII	promover articulação com as demais Diretorias para desenvolvimento e execução do Programa de Qualificação da Saúde Suplementar no que compete aos componentes institucional e de operadoras	Art. 60, X	X - planejar, estudar e avaliar os mecanismos de qualificação da saúde suplementar;
Art. 58, XIII	planejar, estudar e avaliar os mecanismos de qualificação da saúde suplementar		
Art. 58, XIV	propor, promover e supervisionar a execução do Programa de Qualificação da Saúde Suplementar no que compete aos componentes da Qualificação Institucional e Qualificação	Art. 60, XI	XI - propor, supervisionar e promover articulação com as demais Diretorias para desenvolvimento e execução do Programa de Qualificação da Saúde Suplementar no que compete aos
Art. 58, XV	propor, planejar, coordenar e supervisionar a política da qualidade na gestão e da gestão do conhecimento da ANS;	Art. 60, XII	XII - propor, planejar, coordenar e supervisionar a política da qualidade na gestão, bem como propor diretrizes para o aprimoramento da gestão da ANS;
		Art. 60, XIII	XIII - propor, planejar, coordenar e supervisionar a política da gestão do conhecimento da ANS
Art. 58, XVI	planejar, organizar, coordenar e supervisionar a contratação e execução de estudos e pesquisa de interesse da ANS	Art. 60, XIV	XIV - planejar, organizar, coordenar e supervisionar a contratação e execução de estudos e pesquisas de interesse da ANS;
Art. 58, XVII		Art. 60, XV	
Art. 58, XVIII		Art. 60, XVI	
Art. 58, XIX		Art. 60, XVII	
Art. 58, XX		Art. 60, XVIII	
Art. 58, XXI		Art. 60, XIX	
Art. 58, XXII	Revogado		
Art. 58, XXIII	Revoga-se		
Art. 58, XXIV	Revogado		
Art. 58, XXV		Art. 60, XX	
Art. 58, XXVI		Art. 60, XXI	
Art. 58, XXVII		Art. 60, XXII	
Art. 58, XXVIII		Art. 60, XXIII	
Art. 58, XXIX		Art. 60, XXIV	

Art. 58, XXX		Art. 60, XXV	
Art. 58, XXXI		Art. 60, XXVI	
Art. 58, XXXII		Art. 60, XXVII	
DIRAD/DIGES			
Art. 58-A	À Diretoria-Adjunta - DIRAD/DIGES, além das atribuições previstas nos artigos 58 e 84 compete:	Art. 61	Sem prejuízo das atribuições previstas no art. 84, à Diretoria Adjunta - DIRAD/DIGES compete:
Art. 58-A, I		Art. 61, I	
Art. 58-A, II		Art. 61, II	
Art. 58-A, III		Art. 61, III	
Art. 58-A, IV		Art. 61, IV	
Art. 58-A, V		Art. 61, V	
Art. 58-A, VI		Art. 61, VI	
Art. 58-A, VI, a		Art. 61, VI, a	
Art. 58-A, VI, b		Art. 61, VI, b	
Art. 58-A, VII		Art. 61, VII	
Art. 58-A, VIII		Art. 61, VIII	
Art. 58-A, IX		Art. 61, IX	
Art. 58-A, X		Art. 61, X	
Art. 58-A, XI		Art. 61, XI	
Art. 58-A, XII		Art. 61, XII	
Art. 58-A, XIII		Art. 61, XIII	
ASSNT/DIRAD/DIGES			
Art. 58-A, § 1º		Art. 61, § 1º	
Art. 58-A, § 2º	Revogado		

GGAPI

Art. 59		Art. 62	
Art. 59, I		Art. 62, I	
Art. 59, II		Art. 62, II	
Art. 59, III		Art. 62, III	
Art. 59, IV	promover articulação com as demais Diretorias para estabelecer mecanismos de promoção da eficiência e eficácia institucional	Art. 62, XI	
Art. 59, V	promover a articulação com as Diretorias para a implementação da gestão por processos, seu acompanhamento e monitoramento e avaliação periódica dos processos de trabalho;	Art. 62, V	promover a articulação com as Diretorias para a implementação da gestão por processos e por projetos, seu acompanhamento e monitoramento e avaliação periódica dos processos de trabalho e dos projetos desenvolvidos e implantados;
Art. 59, VI	promover, articular e supervisionar a integração institucional;	Art. 62, X	
Art. 59, VII	supervisionar a política de gestão por processo;	Art. 62, IV	supervisionar a política de gestão por processo e de gestão por projeto;
Art. 59, VIII	coordenar, supervisionar e consolidar o levantamento dos processos de trabalho e proceder à sua análise;	Art. 62, VI	
Art. 59, IX	planejar, promover e facilitar a modelagem e melhoria de processos, orientando-os para resultados	Art. 62, VII	
Art. 59, X	supervisionar o desenvolvimento e a realização do Programa de Qualificação da Saúde Suplementar	Art. 62, XII	
Art. 59, XI	promover a produção do conhecimento e propor diretrizes de compartilhamento e difusão no âmbito da ANS;	Art. 62, XIII	
Art. 59, XII	coordenar, monitorar, promover e avaliar os acordos de cooperação técnica firmados com organismos nacionais e internacionais aprovados pela Diretoria Colegiada;	Art. 62, XVI	
Art. 59, XIII	relacionar-se com o Ministério da Saúde, com o Centro Latino-Americano de Informação em Ciências da Saúde e com outras organizações voltadas para a produção, gestão e difusão de conhecimento e informação em saúde;	Art. 62, XV	
Art. 59, XIV	controlar, planejar e executar as atividades e estudos no âmbito da ANS	Art. 62, XIV	

Art. 59, XV	implantar política de gestão de documentos, arquivos físicos e digitais e biblioteca na ANS	Art. 62, XVII	
Art. 59, XVI	planejar e supervisionar a gestão da biblioteca e o acervo documental da ANS	Art. 62, XVIII	
Art. 59, XVII	planejar, coordenar e supervisionar a elaboração, execução e acompanhamento do planejamento e do orçamento		supervisionar as ações voltadas ao Plano de Gestão de Logística Sustentável da ANS
Art. 59, XVIII	supervisionar a política de gestão por projeto		inserido no novo inciso IV
Art. 59, XIX	promover, coordenar, supervisionar e facilitar o planejamento e a formulação de projetos;	Art. 62, VIII	
Art. 59, XX	supervisionar e monitorar a execução e controle dos projetos orientados para resultados	Art. 62, IX	
Art. 59, XXI	promover a articulação com as Diretorias para a implementação da gestão por projetos, seu acompanhamento e monitoramento e avaliação periódica dos projetos desenvolvidos e implantados;		inserido no novo inciso V
Art. 59, XXII	planejar, organizar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relativas a administração de recursos humanos no âmbito da ANS, inclusive de forma descentralizada;	Art. 62, XX	
Art. 59, XXIII	planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades e promover a articulação com o sistema federal de recursos humanos no âmbito da ANS e informar e orientar os órgãos da ANS quanto ao cumprimento das normas estabelecidas	Art. 62, XXI	planejar e supervisionar a execução das atividades relacionadas à gestão de pessoas no âmbito da ANS, por meio do cumprimento de normas e orientações oficiais, do desenvolvimento do servidor na carreira, da qualificação funcional, das ações de promoção e atenção à saúde e qualidade de vida do trabalhador e das ações de capacitação e desenvolvimento dos servidores;
Art. 59, XXIV	coordenar, supervisionar e orientar a gestão de planos de cargos da ANS;		inserido no novo inciso XXI
Art. 59, XXV	planejar, orientar e acompanhar as atividades relacionadas à capacitação e desenvolvimento de pessoas; e		inserido no novo inciso XXI
Art. 59, XXVI	planejar, organizar, coordenar e supervisionar a execução das atividades protocolo e gestão documental;	Art. 62, XIX	planejar e supervisionar a execução das atividades protocolo e da gestão documental da ANS;
GDAI			
Art. 60, I a IX	Revogado		
GEQCO			

Art. 60 - F		Art. 63	
Art. 60 - F, I	Revogar		
Art. 60 - F, II	analisar, avaliar, articular e monitorar as atividades de qualificação da ANS, executando e coordenando o componente institucional do Programa de Qualificação da Saúde Suplementar;	Art. 63, I	analisar e monitorar as atividades de qualificação da ANS referentes ao Programa de Qualificação da Saúde Suplementar;
Art. 60 - F, III	Revogar		
Art. 60 - F, IV	planejar, coordenar, avaliar a cooperação técnica com órgãos de produção e promoção do conhecimento e de pesquisa e desenvolvimento;	Art. 63, II	planejar, coordenar, avaliar a cooperação técnica com órgãos de produção e promoção do conhecimento e de pesquisa e desenvolvimento, nacionais e internacionais de interesse da ANS;
Art. 60 - F, V	planejar, coordenar e acompanhar a difusão do conhecimento no âmbito da ANS;	Art. 63, III	planejar, coordenar e acompanhar as ações de Gestão do Conhecimento no que se refere à organização, a difusão do conhecimento e o compartilhamento no âmbito da ANS;
Art. 60 - F, VI	Revogar		
Art. 60 - F, VII	executar o processo de planejamento do investimento em pesquisa;	Art. 63, IV	Propor as linhas prioritárias e o investimento em pesquisa no âmbito da ANS;
Art. 60 - F, VIII	Revogar		
Art. 60 - F, IX	planejar e acompanhar as atividades da Política de Gestão Documental da ANS;	Art. 63, V	planejar e acompanhar as atividades da Gestão Documental da ANS
Art. 60 - F, X	planejar e supervisionar a gestão da biblioteca da ANS, garantindo o acesso às informações, preservar a memória técnica e colaborar para a difusão do conhecimento em saúde suplementar;	Art. 63, VI	Planejar e supervisionar a gestão da biblioteca da ANS;
Art. 60 - F, XI	planejar e supervisionar a gestão do sistema de tramitação e arquivamento de documentos adotado pela ANS;	Art. 63, VII	planejar e supervisionar a gestão do sistema de tramitação e arquivamento de documentos adotado pela ANS;
Art. 60 - F, XII	gerenciar, planejar, controlar, orientar e supervisionar as atividades das Coordenadorias	Art. 63, VIII	gerenciar, planejar, controlar, orientar e supervisionar as atividades de suas Coordenadorias;
Art. 60 - F, XIII	Revogar		
Art. 60 - F, XIV	Revogar		
COOQC			
Art. 60 - G		Art. 64	

Art. 60 - G, I	coordenar, monitorar e avaliar o compartilhamento e a difusão do conhecimento no âmbito da ANS;	Art. 64, III	monitorar as ações de Gestão do Conhecimento no âmbito da ANS;
Art. 60 - G, II	Revogar		
Art. 60 - G, III	Revogar		
Art. 60 - G, IV	Revogar		
Art. 60 - G, V	coordenar, monitorar e avaliar as ações desenvolvidas para subsidiar a regulação setorial e sua qualificação;	Art. 64, II	coordenar e executar o Programa de Qualificação Institucional e das Operadoras;
Art. 60 - G, VI	promover a execução dos Programas de Qualificação Institucional e de Qualificação das Operadoras;	Art. 64, I	Propor, coordenar, executar e avaliar as pesquisa e estudos relacionados à Qualificação Institucional e das Operadoras

CODOB

Art. 61		Art. 65	
Art. 61, I		Art. 65, I	
Art. 61, II		Art. 65, II	
Art. 61, III		Art. 65, III	
	Antigo inciso X do atual art. 62	Art. 65, IV	planejar, coordenar, controlar e orientar as atividades de protocolo, incluindo a recepção e tratamento de documentos, a formação, a tramitação e o arquivamento de processos;

CEDOC

Art. 62		Art. 66	
Art. 62, I		Art. 66, I	
Art. 62, II		Art. 66, II	
Art. 62, III		Art. 66, III	
Art. 62, IV		Art. 66, IV	
Art. 62, V		Art. 66, V	
Art. 62, VI		Art. 66, VI	
Art. 62, VII		Art. 66, VII	
Art. 62, VIII		Art. 66, VIII	
Art. 62, IX		Art. 66, IX	
Art. 62, X	Artigo revogado e incluído na CODOB.	Art. 65, IV	

BIBLIO			
Art. 63		Art. 67	
Art. 63, I		Art. 67, I	
Art. 63, II		Art. 67, II	
Art. 63, III		Art. 67, III	
Art. 63, IV		Art. 67, IV	
Art. 63, V		Art. 67, V	
Art. 63, VI		Art. 67, VI	
Art. 63, VII		Art. 67, VII	
GERH			
Art. 60 - A		Art. 68	
Art. 60-A, I	planejar, coordenar, controlar, e executar as atividades relativas à administração e desenvolvimento dos recursos humanos da ANS;	Art. 68, I	gerenciar, planejar, controlar, e executar as atividades relativas à gestão de pessoas da ANS
Art. 60-A, II	propor políticas de recursos humanos integradas às necessidades institucionais, promovendo o alinhamento estratégico da gestão de pessoas na ANS;	Art. 68, II	
Art. 60-A, III	coordenar, orientar e fiscalizar a aplicação e o cumprimento da legislação e das normas aplicáveis à força de trabalho no âmbito da ANS;		Revoga-se
Art. 60-A, IV	coordenar e orientar os procedimentos e o fornecimento de informações e subsídios necessários aos processos e demandas judiciais que envolvam os recursos humanos da ANS;	Art. 68, III	gerenciar, coordenar, orientar e executar os procedimentos e o fornecimento de informações e subsídios necessários aos processos e demandas judiciais que envolvam os recursos humanos da ANS;
		Art. 68, V	analisar e validar a regularidade documental dos profissionais indicados pelas Diretorias competentes para atuar como diretores fiscais e técnicos e liquidantes extrajudiciais conforme legislação em vigor na ANS

Art. 60-A, V	formular, propor e coordenar, em conjunto com as demais unidades competentes, conforme o caso, a elaboração de normativos internos e procedimentos para orientar o planejamento, execução e controle das atividades de gestão de pessoas na ANS;	Art. 68, VI	gerenciar , formular, propor e coordenar, em conjunto com as demais unidades competentes, conforme o caso, a elaboração de normativos internos e procedimentos para orientar o planejamento, execução e controle das atividades de gestão de pessoas na ANS;
Art. 60-A, VI	realizar a instrução e o acompanhamento de processos administrativos referentes às solicitações dos servidores, encaminhadas à Gerência de Recursos Humanos - GERH, a respeito dos direitos e prerrogativas previstos na Lei nº 8.112, de 1990, e demais legislações pertinentes	Art. 68, XI	instruir e acompanhar os processos administrativos referentes às solicitações dos servidores a respeito dos direitos e deveres, afastamentos, licenças e prerrogativas previstos na Lei nº 8.112, de 1990, e legislações pertinentes;
Art. 60-A, VII	gerenciar, planejar, controlar, orientar e supervisionar a Coordenadoria de Administração de Pessoal, a Coordenadoria de Carreira e Desempenho e a Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas e do Trabalho que se encontram sob sua supervisão	Art. 68, VII	gerenciar, planejar, controlar, orientar e supervisionar as ações de competências de suas Coordenadorias que se encontram sob sua supervisão
Art. 60-A, VIII	instruir e analisar os processos administrativos de contratação de serviços e aquisição de materiais destinados ao atendimento às demandas das áreas da GERH	Art. 68, VIII	analisar processos de contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra no âmbito da ANS e emitir parecer sobre a possibilidade de contratação e prefixação salarial;
Art. 60-A, IX	elaborar termos de referência para a contratação de serviços e aquisição de materiais destinados ao atendimento às demandas das áreas da GERH;		inserido no novo inciso VIII
Art. 60-A, X	analisar e elaborar respostas através de notas técnicas às demandas oriundas da Procuradoria Federal, Auditoria Interna e Ouvidoria Interna relativas aos contratos administrativos da GERH;	Art. 68, IV	
Art. 60-A, XI	responder a GECOL nos processos de contratação de serviços nas fases interna e externa das licitações relativos às demandas originadas das contratações nas áreas da GERH		Revoga-se
Art. 60-A, XII	instruir os processos administrativos nas prorrogações e repactuações dos contratos da GERH e realizar análise das motivações apresentadas pelas contratadas para majoração contratual		Revoga-se

Art. 60-A, XIII	acompanhar a fiscalização dos contratos administrativos da GERH;		Revoga-se
Art. 60-A, XIV	negociar acordos de cooperação técnica para adesão da ANS nas unidades do Subsistema de atenção a saúde do servidor, relativos a ações de saúde;	Art. 68, XVI	
Art. 60-A, XV	planejar, coordenar, orientar e executar os procedimentos e atos de nomeação e vacância	Art. 68, X	gerenciar e supervisionar os procedimentos e atos de nomeação e vacância;
Art. 60-A, XVI	coordenar, supervisionar, controlar, orientar, propor e executar a concessão de aposentadoria, pensão, benefícios, direitos e vantagens previstos na legislação vigente;		Revoga-se
Art. 60-A, XVII	coordenar, supervisionar, controlar, orientar e executar as atividades relativas à lotação, cessão, requisição, redistribuição e promoção de servidores, como também controlar e acompanhar o quadro de cargos e a força de trabalho da ANS		Revoga-se
Art. 60-A, XVIII	planejar, coordenar, orientar e executar os procedimentos relativos ao programa de estágios para estudantes de nível médio e de nível superior da ANS	Art. 68, XII	gerenciar e supervisionar os procedimentos relativos ao programa de estágios para estudantes de nível médio e de nível superior da ANS;
Art. 60-A, XIX	a gestão e fiscalização dos contratos referentes à saúde do trabalhador no âmbito da ANS;	Art. 68, XVII	gerenciar e supervisionar a gestão e fiscalização dos contratos referentes à saúde do trabalhador no âmbito da ANS;
Art. 60-A, XX	promover mecanismos de desenvolvimento de pessoas e de gestão da ANS;		Revoga-se
Art. 60-A, XXI	planejar e supervisionar a execução de convênios e protocolos de cooperação técnica com entidades nacionais de desenvolvimento de pessoas		Revoga-se
Art. 60-A, XXII	planejar e supervisionar as atividades relacionadas à capacitação e desenvolvimento de pessoas		Revoga-se
Art. 60-A, XXIII	planejar e supervisionar o programa de educação permanente da ANS		Revoga-se
Art. 60-A, XXIV	gerenciar, planejar, controlar, orientar e supervisionar o Programa de Saúde e Qualidade de Vida		Revoga-se

Art. 60-A, § único, I a IV	Revogados		
		Art. 68, IX	atuar em parceria com as áreas da ANS na administração de conflitos internos
		Art. 68, XIII	gerenciar e supervisionar os processos de avaliação de desempenho individual dos servidores efetivos e temporários
		Art. 68, XV	gerenciar, supervisionar e monitorar o clima organizacional da ANS
		Art. 68, XIV	gerenciar, supervisionar e fomentar a gestão por competências na ANS, por meio da supervisão das atividades relativas ao mapeamento de competências institucionais e individuais dos
		Art. 68, XVIII	supervisionar as ações voltadas ao Plano de Gestão de Logística Sustentável da ANS;
CODAP			
Art. 60 - B		Art. 69	
Art. 60 - B, I		Art. 69, I	
Art. 60 - B, II		Art. 69, II	
Art. 60 - B, III		Art. 69, III	
Art. 60 - B, IV		Art. 69, IV	
Art. 60 - B, V		Art. 69, V	
Art. 60 - B, VI		Art. 69, VI	
COCAD			
Art. 60 - C		Art. 70	
Art. 60 - C, I	planejar, coordenar, supervisionar, controlar e executar as atividades relativas à carreira dos servidores da ANS;	Art. 70, I	planejar, coordenar, supervisionar, controlar e executar as atividades relativas à carreira dos servidores da ANS, por meio do desenvolvimento de ferramentas de atualização e suporte à gestão de pessoas;

Art. 60 - C, II	planejar, coordenar e executar as atividades relativas a processos de seleção para provimento de cargos;	Art. 70, VI	participar do planejamento, coordenação e execução das atividades relativas a processos de seleção para provimento de cargos;
Art. 60 - C, III	planejar, coordenar e executar as ações relativas à integração de servidores na ANS;	Art. 70, VII	planejar, coordenar e executar as ações relativas à integração de servidores na ANS;
Art. 60 - C, IV	coordenar, executar e acompanhar os processos relativos a estágio probatório e estabilidade de servidores;	Art. 70, VIII	coordenar, executar e acompanhar os processos relativos a estágio probatório e estabilidade de servidores;
Art. 60 - C, V	planejar, coordenar, supervisionar, controlar e executar as atividades relativas ao processo de avaliação de desempenho individual para gratificação, progressão e promoção, consolidando o plano de carreira dos servidores da ANS;	Art. 70, IX	planejar, coordenar, controlar e executar as atividades relativas ao processo de avaliação de desempenho individual para efeitos de gestão , gratificação, progressão e promoção, consolidando o plano de carreira dos servidores da ANS;
Art. 60 - C, VI	identificar, desenvolver e fornecer os subsídios necessários à gestão de pessoas por competências, em consonância com as diretrizes estratégicas da ANS;	Art. 70, II	identificar, desenvolver e fornecer os subsídios necessários à gestão de pessoas por competências, em consonância com as diretrizes estratégicas da ANS, por meio da execução e atualização do mapeamento de competências institucionais e individuais dos servidores;
Art. 60 - C, VII	desenvolver ferramentas de atualização e suporte à gestão de pessoas na ANS;	Art. 70, IV	planejar, coordenar e executar a gestão de talentos na ANS, por meio da identificação das potencialidades dos servidores e do fomento ao seu desenvolvimento;
Art. 60 - C, VIII	atuar em parceria com as áreas da ANS na administração de conflitos internos;		Revogar
Art. 60 - C, IX	planejar, coordenar, orientar, executar e acompanhar as atividades de estágio, contemplando a elaboração e avaliação dos projetos de desenvolvimento do programa de estágio supervisionado de estudante de nível médio e de nível superior da ANS;	Art. 70, XI	planejar, coordenar, orientar, executar e acompanhar as atividades relacionadas ao programa de estágio supervisionado de estudantes de nível médio e superior, contemplando a orientação e avaliação de estudantes e servidores;
		Art. 70, III	planejar, coordenar, executar e acompanhar as atividades de gestão do clima organizacional da ANS;
		Art. 70, V	planejar e coordenar a criação, implantação e manutenção do Banco de Talentos no âmbito da ANS;
		Art. 70, X	planejar, coordenar, controlar e executar as atividades relativas ao processo de avaliação de desempenho individual dos servidores temporários;
CODPT			
Art. 60 - D		Art. 71	

Art. 60 - D, I	estudar, analisar e avaliar os mecanismos de desenvolvimento de pessoas e de gestão no mercado nacional e internacional, aplicados para uso na ANS;	Art. 71, I	planejar, coordenar, executar e avaliar as atividades relacionadas à capacitação e desenvolvimento dos servidores e gestores da ANS;
Art. 60 - D, II	planejar, coordenar, promover e avaliar a execução de convênios e protocolos de cooperação técnica com entidades nacionais de desenvolvimento de pessoas;	Art. 71, II	pesquisar metodologias e instituições que promovam o desenvolvimento de pessoas e de gestores em âmbito nacional e internacional;
Art. 60 - D, III	planejar, coordenar, orientar, controlar, executar e acompanhar as atividades relacionadas à capacitação e desenvolvimento de pessoas; e		Revogar
Art. 60 - D, IV	planejar, coordenar, supervisionar, controlar e executar o programa de educação permanente da ANS.		Revogar
		Art. 71, III	analisar e elaborar nota técnica referente às solicitações de eventos de capacitação em âmbito nacional e internacional;
		Art. 71, IV	implementar, executar e avaliar projetos de educação à distância na ANS;
		Art. 71, V	planejar, coordenar e executar ações para seleção e qualificação dos instrutores internos.

COSAQ

Art. 60 - E		Art. 72	
Art. 60 - E, I		Art. 72, I	
Art. 60 - E, II		Art. 72, II	
Art. 60 - E, III		Art. 72, III	
Art. 60 - E, IV		Art. 72, IV	
Art. 60 - E, V		Art. 72, V	
Art. 60 - E, VI	planejar, coordenar, supervisionar e promover ações voltadas ao Plano de Gestão de Logística Sustentável da ANS.	Art. 72, VI	planejar, coordenar a execução, supervisionar e promover ações voltadas ao Plano de Gestão de Logística Sustentável da ANS.
Art. 60 - E, VII	Revogado		
Art. 60 - E, VIII	Revogado		
Art. 60 - E, IX	Revogado		

Art. 60 - E, X	Revogado		
Art. 60 - E, XI	Revogado		
Art. 60 - E, XII	Revogado		
Art. 60 - E, XIII	Revogado		
Art. 60 - E, XIV	Revogado		

GGAFI

Art. 63 - B		Art. 73	
Art. 63 - B, I		Art. 73, I	
Art. 63 - B, II		Art. 73, II	
Art. 63 - B, III	supervisionar e controlar a arrecadação da Taxa de Saúde Suplementar, as retribuições por serviços de qualquer natureza prestados a terceiros, bem como as doações, legados, subvenções e outros recursos que forem destinados a ANS, de acordo com a legislação vigente;	Art. 73, III	supervisionar e controlar a arrecadação da Taxa de Saúde Suplementar, as retribuições por serviços de qualquer natureza prestados a terceiros, bem como as doações, legados, subvenções e outros recursos que forem destinados a ANS, de acordo com a legislação vigente;
Art. 63 - B, IV	supervisionar e controlar a arrecadação da Taxa de Saúde Suplementar, as retribuições por serviços de qualquer natureza prestados a terceiros, bem como as doações, legados, subvenções e outros recursos que forem destinados a ANS, de acordo com a legislação vigente;	Art. 73, IV	promover e coordenar a sistematização e a normatização dos procedimentos previstos no inciso anterior;
Art. 63 - B, V		Art. 73, V	
Art. 63 - B, VI		Art. 73, VI	
Art. 63 - B, VII	prover os serviços de infra-estrutura necessários ao funcionamento da ANS;	Art. 73, VII	coordenar e supervisionar os serviços de infra-estrutura necessários ao funcionamento da ANS;
Art. 63 - B, VIII		Art. 73, VIII	
Art. 63 - B, IX		Art. 73, IX	
Art. 63 - B, X	coordenar as atividades de cobrança e arrecadação dos créditos de diversas origens, no âmbito da ANS;	Art. 73, X	coordenar e supervisionar as atividades de cobrança e arrecadação dos créditos de diversas origens, no âmbito da ANS;

Art. 63 - B, XI		Art. 73, XI	
Art. 63 - B, XII		Art. 73, XII	
GEFIN			
Art. 63 - C		Art. 74	
Art. 63 - C, I		Art. 74, I	
Art. 63 - C, II		Art. 74, II	
Art. 63 - C, III		Art. 74, III	
Art. 63 - C, IV		Art. 74, IV	
Art. 63 - C, V	planejar, orientar e supervisionar as atividades de programação e execução orçamentária e financeira e efetuar os registros dos créditos e transações relativos a todos os direitos e obrigações da ANS;	Art. 74, V	planejar, orientar e supervisionar as atividades de registros dos créditos e transações relativos a todos os direitos e obrigações da ANS;
Art. 63 - C, VI		Art. 74, VI	
Art. 63 - C, VII	planejar, orientar e supervisionar as atividades de arrecadação da Taxa de Saúde Suplementar, as retribuições por serviços de qualquer natureza prestados a terceiros, bem como as doações, legados, subvenções e outros recursos que forem de acordo com a legislação vigente;	Art. 74, VII	planejar, orientar e supervisionar as atividades de arrecadação da Taxa de Saúde Suplementar e as demais taxas mediante as informações prestadas pelas Diretorias da ANS as retribuições por serviços de qualquer natureza prestados a terceiros, bem como as doações, legados, subvenções e outros recursos que forem de acordo com a legislação vigente;
Art. 63 - C, VIII		Art. 74, VIII	
Art. 63 - C, IX		Art. 74, IX	
Art. 63 - C, X	planejar, orientar e supervisionar as atividades de cadastramento, o acompanhamento, o controle e as baixas dos créditos inscritos na Dívida Ativa da ANS;	Art. 74, X	planejar, orientar e supervisionar as atividades de cadastramento, o acompanhamento do controle e das baixas nos créditos inscritos na Dívida Ativa da ANS;
Art. 63 - C, XI		Art. 74, XI	
Art. 63 - C, XII		Art. 74, XII	

Art. 63 - C, XIII		Art. 74, XIII	
COARR			
Art. 63 - D		Art. 75	
Art. 63 - D, I		Art. 75, I	promover, coordenar, acompanhar e controlar as atividades previstas nos inciso II inciso III do artigo anterior;
Art. 63 - D, II	promover, avaliar, acompanhar e coordenar estudos, levantamentos e pesquisas, com vistas à instrução de processos e à proposição de critérios, normas e procedimentos para a cobrança e o recolhimento da Taxa de Saúde Suplementar;		
Art. 63 - D, III	acompanhar, gerenciar, controlar e efetuar a cobrança, bem como a arrecadação dos créditos de diversas origens, no âmbito da ANS;	Art. 75, II	notificar mediante demanda e arrecadar os créditos de diversas origens, no âmbito da ANS;
Art. 63 - D, IV	arrecadar a Taxa de Saúde Suplementar, as retribuições por serviços de qualquer natureza prestados a terceiros, bem como as doações, legados, subvenções e outros recursos que forem de acordo com a legislação vigente;	Art. 75, III	notificar e arrecadar a Taxa de Saúde Suplementar e as demais taxas mediante as informações prestadas pelas Diretorias da ANS, as retribuições por serviços de qualquer natureza prestados a terceiros, bem como as doações, legados, subvenções e outros recursos que forem de acordo com a legislação vigente;
CODOF			
Art. 63 - E		Art. 76	
Art. 63 - E, I	executar, registrar e controlar a emissão de ordem bancária, nota de empenho, reforços e anulações, bem como as despesas efetuadas por suprimentos de fundos, contratos e convênios;	Art. 76, I	executar, registrar e controlar as atividades previstas no incisos V e VI do artigo 74; e
Art. 63 - E, II	acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar a programação e execução orçamentária e financeira e efetuar os registros dos créditos e transações relativos a todos os direitos e obrigações da ANS;		
Art. 63 - E, III	executar o registro de conformidade documental dos processos de despesa, e manter o arquivo do suporte documental de toda a execução orçamentária e financeira a disposição dos órgãos de controle interno e externo da União.	Art. 76, II	executar o registro de conformidade documental dos processos de despesa, e manter o arquivo do suporte documental de toda a execução orçamentária e financeira a disposição dos órgãos de controle interno e externo da União.
CCONT			

Art. 63 - F		Art. 77	
Art. 63 - F, I	efetuar, acompanhar e supervisionar no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, os registros pertinentes à execução orçamentária e financeira e realizar a contabilidade da ANS;	Art. 77, I	efetuar, acompanhar e supervisionar as atividades previstas no inciso VIII do artigo 74;
Art. 63 - F, II	analisar, examinar, acompanhar e controlar a execução financeira dos contratos, convênios, acordos e ajustes, inclusive os internacionais, bem como emitir parecer sobre as respectivas prestações de contas;	Art. 77, II	analisar, examinar, acompanhar e controlar as atividades previstas no inciso IX do artigo 74;
Art. 63 - F, III	efetuar o cadastramento, o acompanhamento, o controle e as baixas dos créditos inscritos na Dívida Ativa da ANS;	Art. 77, III	registrar e controlar todos os atos e fatos referentes à Dívida Ativa da ANS junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, conforme relatório apresentado pela área responsável pela matéria;
Art. 63 - F, IV		Art. 77, IV	
Art. 63 - F, V	promover o desenvolvimento e manter o sistema de contabilidade de custos.	Art. 77, V	executar as atividades previstas no inciso XII do artigo 74.

GECOL

Art. 63 - G		Art. 78	
Art. 63 - G, I		Art. 78, I	
Art. 63 - G, II		Art. 78, II	
Art. 63 - G, III	planejar, orientar e supervisionar as atividades referentes à elaboração dos contratos, convênios, acordos e ajustes a serem celebrados pela ANS;	Art. 78, III	planejar, orientar e supervisionar as atividades referentes à elaboração e controle dos contratos, convênios, acordos e ajustes a serem celebrados pela ANS, sob os aspectos administrativos.
Art. 63 - G, IV	planejar, orientar e supervisionar as atividades referentes ao controle dos contratos, convênios, acordos e ajustes, sob os aspectos administrativos;		
Art. 63 - G, V		Art. 78, IV	
Art. 63 - G, VI		Art. 78, V	
Art. 63 - G, VII		Art. 78, VI	
Art. 63 - G, VIII		Art. 78, VII	

COLIC

Art. 63 - H		Art. 79	
Art. 63 - H, I	a execução das atividades de elaboração dos editais de licitação para a aquisição de bens, obras e serviços necessários à ANS;	Art. 79, I	executar as atividades previstas nos incisos IV e VI, do artigo 74; e
Art. 63 - H, II		Art. 79, II	
Art. 63 - H, III	a execução das atividades referentes à publicidade legal obrigatória dos atos relativos aos procedimentos licitatórios para a aquisição de bens, obras e serviços, inclusive os de inexigibilidade e dispensa de licitação		Revogar, pois foi inserido no novo inciso I

COGEC

Art. 63 - I		Art. 80	
Art. 63 - I, I		Art. 80, I	
Art. 63 - I, II		Art. 80, II	executar as atividades de instrução, das alterações contratuais, sob o aspecto formal, assim como suas publicações na imprensa oficial
Art. 63 - I, III		Art. 80, III	

GEASI

Art. 64		Art. 81	
Art. 64, I		Art. 81, I	
Art. 64, II		Art. 81, II	
Art. 64, III		Art. 81, III	
Art. 64, IV		Art. 81, IV	
Art. 64, V		Art. 81, V	
Art. 64, VI		Art. 81, VI	
Art. 64, VII	promover, supervisionar, controlar, orientar e fiscalizar a execução das atividades e dos serviços de infra-estrutura necessários ao funcionamento da ANS;	Art. 81, VII	promover, supervisionar, controlar, orientar e fiscalizar a execução das atividades e dos serviços de logística e infra-estrutura necessários ao funcionamento da ANS;

Art. 64, VIII		Art. 81, VIII	
Art. 64, IX	gerenciar, planejar, controlar, orientar e supervisionar as atividades das suas Coordenadorias.	Art. 81, IX	gerenciar, planejar, controlar, orientar e supervisionar as atividades da sua Coordenadoria.
COPAD			
Art. 64 - A		Art. 82	
Art. 64 - A, I	coordenar, controlar e orientar as atividades referentes à concessão de passagens e diárias no âmbito da ANS; e	Art. 82, I	coordenar e controlar as atividades previstas no inciso VIII do artigo anterior;
Art. 64 - A, II		Art. 82, II	
Art. 64 - A, III	acompanhar, controlar e fiscalizar os contratos de fornecimento de passagens para servidores e colaboradores da ANS.		Revogar, pois esta atribuição é inerente ao fiscal do contrato.
GEADE			
Art. 64 - B		Art. 83	
Art. 64 - B, I	planejar, coordenar, controlar, supervisionar e orientar a execução das ações e atividades de gestão dos Núcleos da ANS, articulando-se com os órgãos competentes da ANS;	Art. 83, I	planejar, coordenar, controlar, supervisionar e orientar a execução das ações e atividades administrativas dos Núcleos da ANS, articulando-se com os órgãos competentes da ANS;
Art. 64 - B, II	planejar, coordenar, controlar, supervisionar e orientar a execução das ações e atividades administrativas, financeiras e de infra-estrutura material, logística e de recursos humanos dos Núcleos da ANS, articulando-se com os órgãos competentes da ANS;	Art. 83, II	planejar, coordenar, controlar, supervisionar e orientar a execução das ações e atividades administrativas, financeiras patrimoniais , de infra-estrutura material e de logística dos Núcleos da ANS, articulando-se com os órgãos competentes da ANS;
Art. 64 - B, III	Revogado		
Art. 64 - B, IV	Revogado		
Art. 64 - B, § único	Competem aos Núcleos da ANS, no âmbito das respectivas circunscrições territoriais, as seguintes atribuições de gestão e administração, vinculadas a Diretoria de Gestão:	Art. 83, § único	Competem aos Analistas e Técnicos Administrativos do Núcleos da ANS, no âmbito das respectivas circunscrições territoriais, as seguintes atribuições de gestão e administração, vinculadas a Diretoria de Gestão:
Art. 64 - B, § único, I		Art. 83, § único, I	
Art. 64 - B, § único, II		Art. 83, § único, II	

Art. 64 - B, § único, III		Art. 83, § único, III	
Art. 64 - B, § único, IV		Art. 83, § único, IV	
Art. 64 - B, § único, V	promover a execução de atividades referentes a contratos, terceirização, conservação, manutenção e reformas em edifícios sob sua responsabilidade; e	Art. 83, § único, V	promover a execução de atividades referentes a contratos, terceirização, aquisições, conservação, manutenção e reformas em edificações sob responsabilidade da ANS, encaminhando os documentos necessários para a sua efetivação à GEADE para verificação, registro e o devido encaminhamento para aprovação da GGAFI;
Art. 64 - B, § único, VI	proceder à gestão dos contratos administrativos e encaminhar documentos de cobranças à Gerência da Administração Descentralizada da Diretoria de Gestão visando à execução financeira das obrigações dentro do prazo contratual estipulado.	Art. 83, § único, VI	proceder à gestão dos contratos administrativos e encaminhar documentos de cobranças à GEADE visando à execução financeira das obrigações dentro do prazo contratual estipulado;

CAD/DF

Art. 64 - C	À Coordenadoria de Administração Descentralizada no Distrito Federal - CAD/DF compete, no âmbito da Unidade Gestora 253033 - ANS - Escritório de Representação Brasília-DF:	Art. 84	Às Coordenadorias de Administração Descentralizada no Distrito Federal - CAD/DF e em São Paulo – CAD/SP , no âmbito da Unidade Gestora 253033 - ANS - Escritório de Representação Brasília-DF e Unidade Gestora 253034 - ANS - Escritório de Representação São Paulo-SP, respectivamente, competem:
Art. 64 - C, I		Art. 84, I	
Art. 64 - C, II	analisar e instruir pedidos de reajustes de contratos;		Revogar
Art. 64 - C, III	efetuar, acompanhar e supervisionar no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, os registros pertinentes à execução orçamentária e financeira;	Art. 84, II	efetuar, acompanhar e supervisionar no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, os registros pertinentes à execução orçamentária financeira e contábil;
Art. 64 - C, IV		Art. 84, III	

Art. 64 - C, V	planejar, coordenar e promover a execução das atividades, administração de material e patrimônio, manutenção de edifícios, transportes, e demais atividades auxiliares;	Art. 84, IV	promover a execução de atividades referentes a contratos, terceirização, aquisições, conservação, manutenção e reformas em edificações sob responsabilidade da ANS, encaminhando os documentos necessários para a sua efetivação à GEADE para verificação, registro e o devido encaminhamento para aprovação da GGAFI; e
Art. 64 - C, VI	prever, organizar, acompanhar, controlar e avaliar as atividades de compras, contratação de serviços e patrimônio;		Revogar
Art. 64 - C, VII	coordenar, organizar e supervisionar o almoxarifado, bem como as requisições de material de consumo, exercendo o controle físico dos estoques;		Revogar
Art. 64 - C, VIII	planejar, coordenar e promover a execução de atividades referentes a contratos, terceirização, conservação, manutenção e obras em edifícios de sua responsabilidade, assim como programar, organizar, orientar e fiscalizar as atividades referentes à engenharia e arquitetura;		Revogar
Art. 64 - C, IX	programar, organizar, orientar e fiscalizar a utilização e manutenção da sua frota de veículos; e		Revogar. Quem tem a competência da frota agora?
Art. 64 - C, X	proceder à gestão dos contratos administrativos.	Art. 84, V	proceder à gestão e fiscalização dos contratos administrativos sob sua responsabilidade.

CAD/SP			
Art. 64 - D	Todas as atribuições desse artigo 64 - D foram juntadas em um CAD apenas, no artigo acima.		
Art. 64 - D, I			
Art. 64 - D, II			
Art. 64 - D, III			
Art. 64 - D, IV			
Art. 64 - D, V			
Art. 64 - D, VI			
Art. 64 - D, VII			

Art. 64 - D, VIII			
Art. 64 - D, IX			
Art. 64 - D, X			
PROGE			
Art. 65		Art. 85	
Art. 65, I		Art. 85, I	
Art. 65, II		Art. 85, II	
Art. 65, III		Art. 85, III	
Art. 65, IV		Art. 85, IV	
Art. 65, V		Art. 85, V	
Art. 65, VI		Art. 85, VI	
Art. 65, VII		Art. 85, VII	
Art. 65, VIII		Art. 85, VIII	
Art. 65, IX		Art. 85, IX	
Art. 65, X		Art. 85, X	
Art. 65, § 1º		Art. 85, § 1º	
Art. 65, § 2º		Art. 85, § 2º	
ASSEP/PROGE			
Art. 66		Art. 86	
Art. 66, I	assessorar diretamente o Procurador-Chefe, através da elaboração de pareceres e demais pronunciamentos jurídicos, estudos, pesquisas, trabalhos e outras atividades de cunho estratégico sobre temas de Direito relacionado a sua área de atuação e coordenação;	Art. 86, I	assessorar diretamente ao Procurador-Chefe, através da elaboração de pareceres e demais pronunciamentos jurídicos, estudos, pesquisas, trabalhos e outras atividades de cunho estratégico sobre temas de Direito relacionado a sua área de atuação e coordenação;
Art. 66, II		Art. 86, II	
Art. 66, III		Art. 86, III	
Art. 66, IV		Art. 86, IV	
Art. 66, V		Art. 86, V	

Art. 66, VI		Art. 86, VI	
Art. 66, VII		Art. 86, VII	
Art. 66, § 1º	Revogado		
Art. 66, § 2º	Revogado		

ASSERDC

Art. 66 - A	Compete à Assessoria de Apoio às Reuniões de Diretoria Colegiada e Demais Assuntos - ASSERDC assessorar diretamente o Procurador-Chefe na análise jurídica das pautas de reuniões de Diretoria Colegiada e nos demais assuntos por ele determinados.	Art. 87	Compete à Assessoria de Apoio às Reuniões de Diretoria Colegiada e Demais Assuntos - ASSERDC assessorar diretamente ao Procurador-Chefe na análise jurídica das pautas de reuniões de Diretoria Colegiada e nos demais assuntos por ele determinados.
-------------	---	---------	---

GECON

Art. 67		Art. 88	
Art. 67, I		Art. 88, I	
Art. 67, II		Art. 88, II	
Art. 67, III		Art. 88, III	
Art. 67, IV		Art. 88, IV	
Art. 67, V	assistir o Procurador-Chefe no que tange à representação e defesa judicial e extrajudicial em questões de relevante interesse da ANS;	Art. 88, V	assistir ao Procurador-Chefe no que tange à representação e defesa judicial e extrajudicial em questões de relevante interesse da ANS;
Art. 67, VI		Art. 88, VI	
Art. 67, VII		Art. 88, VII	
Art. 67, VIII		Art. 88, VIII	
Art. 67, IX		Art. 88, IX	
Art. 67, X		Art. 88, X	

ASSERI

Art. 67 - A	Compete à Assessoria de Relações Institucionais - ASSERI receber, analisar e adotar as medidas pertinentes referentes às requisições oriundas dos Órgãos de execução da PGF e AGU para subsidiar a defesa judicial da ANS, exceto as previstas no inciso XIII, do art. 70.	Art. 89	Compete à Assessoria de Relações Institucionais - ASSERI receber, analisar e adotar as medidas pertinentes referentes às requisições oriundas dos Órgãos de execução da PGF e AGU para subsidiar a defesa judicial da ANS, exceto as previstas no inciso VII do art. 92.
-------------	--	---------	---

GEADM			
Art. 68		Art. 90	
Art. 68, I		Art. 90, I	
Art. 68, II		Art. 90, II	
Art. 68, III		Art. 90, III	
Art. 68, IV		Art. 90, IV	
Art. 68, V		Art. 90, V	
Art. 68, VI		Art. 90, VI	
Art. 68, VII		Art. 90, VII	
GECOS			
Art. 69		Art. 91	
Art. 69, I		Art. 91, I	
Art. 69, II		Art. 91, II	
Art. 69, III		Art. 91, III	
Art. 69, IV		Art. 91, IV	
Art. 69, V		Art. 91, V	
Art. 69, VI		Art. 91, VI	
Art. 69, VII		Art. 91, VII	
GEDAT			
Art. 70		Art. 92	
Art. 70, I		Art. 92, I	
Art. 70, II		Art. 92, II	
Art. 70, III		Art. 92, III	
Art. 70, IV		Art. 92, IV	
Art. 70, V		Art. 92, V	
Art. 70, VI		Art. 92, VI	
Art. 70, VII	Revogado		
Art. 70, VIII	Revogado		
Art. 70, IX	Revogado		

Art. 70, X	Revogado		
Art. 70, XI	Revogado		
Art. 70, XII	Revogado		
Art. 70, XIII		Art. 92, VII	
Art. 70, XIV		Art. 92, VIII	
ASJUR/DF			
Art. 71	Revogado		
OUID			
Art. 72		Art. 93	
Art. 72, I		Art. 93, I	
Art. 72, II		Art. 93, II	
Art. 72, III	dar ciência ao Diretor-Presidente e aos demais Diretores da ANS, de infringências de normas de assistência suplementar à saúde, às quais a OUID tiver acesso, no cumprimento de sua missão;	Art. 93, III	dar ciência ao Diretor-Presidente e aos demais Diretores da ANS, de infringências de normas de assistência suplementar à saúde, às quais a Ouvidoria tiver acesso, no cumprimento de sua missão;
Art. 72, IV	produzir, semestralmente, ou quando oportuno, relatórios com apreciações críticas sobre a atuação da ANS, encaminhando-os, em especial, à DICOL, ao Ministério da Saúde e a outros órgãos do Poder Executivo e Legislativo, disponibilizando estes relatórios para conhecimento geral, inclusive na página da ANS na rede mundial de computadores;	Art. 93, IV	produzir, semestralmente, ou quando oportuno, relatórios com apreciações críticas sobre a atuação da ANS, encaminhando-os, em especial, à DICOL, ao Ministério da Saúde e a outros órgãos do Poder Executivo e Legislativo, disponibilizando estes relatórios para conhecimento geral, inclusive no sítio eletrônico da ANS;
Art. 72, V		Art. 93, V	
Art. 72, VI		Art. 93, VI	
Art. 72, VII		Art. 93, VII	
Art. 72, VIII		Art. 93, VIII	
Art. 72, IX		Art. 93, IX	
Art. 72, X		Art. 93, X	

Art. 72, XI	dar conhecimento imediato à PPCOR nos casos em que houver denúncia referente a atitudes inadequadas, ou a atos ilegais, ilícitos e de improbidade administrativos, praticados por agentes ou servidores públicos de qualquer natureza, vinculados direta ou indiretamente às atividades da ANS;	Art. 93, XI	dar conhecimento imediato à Corregedoria da ANS nos casos em que houver denúncia referente a atitudes inadequadas, ou a atos ilegais, ilícitos e de improbidade administrativos, praticados por agentes ou servidores públicos de qualquer natureza, vinculados direta ou indiretamente às atividades da ANS;
Art. 72, XII		Art. 93, XII	
Art. 72, XIII		Art. 93, XIII	
Art. 72, XIV		Art. 93, XIV	
Art. 72, XV		Art. 93, XV	
Art. 72, XVI		Art. 93, XVI	
ASINF/OUVID			
Art. 72 - A		Art. 94	
Art. 72 - A, I	prestar assistência à OUVID no acompanhamento das principais informações gerenciais das ouvidorias privadas; e	Art. 94, I	prestar assistência à Ouvidoria no acompanhamento das principais informações gerenciais das ouvidorias privadas; e
Art. 72 - A, II		Art. 94, II	
COPEO/OUVID			
Art. 72 - B		Art. 95	
Art. 72 - B, I		Art. 95, I	
Art. 72 - B, II		Art. 95, II	
Art. 72 - B, III		Art. 95, III	
Art. 72 - B, IV		Art. 95, IV	
Art. 72 - B, V		Art. 95, V	
PPCOR			
Art. 73		Art. 96	
Art. 73, I		Art. 96, I	
Art. 73, II		Art. 96, II	

Art. 73, III		Art. 96, III	
Art. 73, IV		Art. 96, IV	
Art. 73, V		Art. 96, V	
Art. 73, VI		Art. 96, VI	
Art. 73, VII		Art. 96, VII	
AUDIT			
Art. 74		Art. 97	
Art. 74, I		Art. 97, I	
Art. 74, II		Art. 97, II	
Art. 74, III	examinar a elaboração do Contrato de Gestão firmado com a Administração Pública Federal, ou outro instrumento de acompanhamento que venha a ser adotado, analisando e avaliando periodicamente os resultados alcançados e as metas pactuadas;	Art. 97, III	analisar e avaliar os resultados alcançados e as metas pactuadas pelo Contrato de Gestão ou outro documento que equivalha;
Art. 74, IV		Art. 97, IV	
Art. 74, V	apoiar e assessorar a gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e de recursos humanos, assim como dos demais sistemas administrativos e operacionais, examinando os resultados quanto à economicidade, eficiência e regularidade dos atos;	Art. 97, V	auditar e assessorar a gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial, contratos, licitações e de recursos humanos, assim como dos demais sistemas administrativos e operacionais, examinando os resultados quanto à economicidade, eficiência e regularidade dos atos;
Art. 74, VI		Art. 97, VI	
Art. 74, VII		Art. 97, VII	
Art. 74, VIII		Art. 97, VIII	
Art. 74, IX		Art. 97, IX	
Art. 74, X		Art. 97, X	
Art. 74, XI		Art. 97, XI	
Art. 74, XII		Art. 97, XII	
COAUD			
Art. 74 - A		Art. 98	

Art. 74 - A , I		Art. 98 , I	
Art. 74 - A , II		Art. 98 , II	
Art. 74 - A , III		Art. 98 , III	
Art. 74 - A , IV		Art. 98 , IV	
Art. 74 - A , V		Art. 98 , V	
CAMSS			
Art. 75		Art. 99	
CEANS			
Art. 75 - A		Art. 100	
Art. 75 - A, I	atuar como instância consultiva de dirigentes e agentes públicos da ANS;	Art. 100, I	atuar como instância consultiva, educativa e deliberativa em observância ao Código de Ética da ANS;
Art. 75 - A, II		Art. 100, II	
Art. 75 - A, II, a		Art. 100, III	
Art. 75 - A, II, b	dirimir dúvidas a respeito da interpretação de suas normas e deliberar sobre casos omissos;	Art. 100, III, a	dirimir dúvidas a respeito da interpretação de suas normas e consultar a Comissão de Ética Pública sobre casos omissos;
Art. 75 - A, II, c		Art. 100, III, b	
Art. 75 - A, II, d		Art. 100, III, c	
Art. 75 - A, III		Art. 100, III, d	
Art. 75 - A, IV		Art. 100, IV	
Art. 75 - A, V		Art. 100, V	
CAPÍTULO IV			
DAS ATRIBUIÇÕES COMUNS			
Seção I			
Das Atribuições Comuns			
Art. 76		Art. 101	
Art. 76, I		Art. 101, I	

Art. 76, I, a		Art. 101, I, a	
Art. 76, I, b		Art. 101, I, b	
Art. 76, I, c		Art. 101, I, c	
Art. 76, II		Art. 101, II	
Art. 76, III		Art. 101, III	
Art. 76, IV		Art. 101, IV	
Art. 76, V		Art. 101, V	
Art. 76, § único		Art. 101, § único	
Art. 77	São atribuições comuns aos Diretores, Diretores- Adjuntos, no âmbito de seus órgãos regimentados, Procurador-Chefe, Ouvidor, Secretário, Chefe de Gabinete, Auditor-Chefe, Corregedor e Presidente da CEANS	Art. 102	São atribuições comuns aos Diretores, Diretores- Adjuntos, no âmbito de seus órgãos regimentados, Procurador-Chefe, Ouvidor, Secretário- Geral , Chefe de Gabinete, Auditor-Chefe, Corregedor e Presidente da CEANS
Art. 77, I		Art. 102, I	
Art. 77, I, a		Art. 102, I, a	
Art. 77, I, b		Art. 102, I, b	
Art. 77, I, c		Art. 102, I, c	
Art. 77, II		Art. 102, II	
Art. 78		Art. 103	
Art. 78, I		Art. 103, I	
Art. 78, II		Art. 103, II	
Art. 78, I, a		Art. 103, I, a	
Art. 78, I, b		Art. 103, I, b	
Art. 78, I, c		Art. 103, I, c	
Art. 78, I, d		Art. 103, I, d	
Art. 78, III		Art. 103, III	
Art. 78, IV		Art. 103, IV	
Art. 78, V		Art. 103, V	
Art. 78, VI		Art. 103, VI	

Art. 78, § 1º	1º Aos Gerentes-Gerais, Chefes de Núcleos da ANS e Chefe de Gabinete cabe ainda expedir ofício.	Art. 103, § 1º	1º Aos Gerentes-Gerais e Chefes de Núcleos da ANS cabe ainda expedir ofício. (excluído o Chefe de Gabinete, pois já está contemplado no atual art. 77, futuro art. 102)
Art. 78, § 2º		Art. 103, § 2º	
Art. 78, § 3º		Art. 103, § 3º	
Art. 79		Art. 104	
Art. 80		Art. 105	
Art. 81		Art. 106	
Art. 81, I		Art. 106, I	
Art. 81, II		Art. 106, I	

Seção II

Das Atribuições dos Dirigentes

Subseção I

DO DIRETOR PRESIDENTE

Art. 82		Art. 107	
Art. 82, I		Art. 107, I	
Art. 82, II		Art. 107, II	
Art. 82, III		Art. 107, III	
Art. 82, IV		Art. 107, IV	
Art. 82, V		Art. 107, V	
Art. 82, VI		Art. 107, VI	
Art. 82, VII		Art. 107, VII	
Art. 82, VIII		Art. 107, VIII	
Art. 82, IX		Art. 107, IX	
Art. 82, X		Art. 107, X	
Art. 82, XI	supervisionar o funcionamento geral da ANS;	Art. 107, XI	supervisionar o funcionamento geral da ANS; e
Art. 82, XII		Art. 107, XII	
Art. 82, § único		Art. 107, § único	

Subseção II (revogar)

Do Chefe de Gabinete (revogar)

Art. 83	Ao Chefe de Gabinete incumbe:	Art. 15	Ao Gabinete da Presidência da ANS - GAB/PRESI/ ANS compete:
Art. 83, I	planejar, organizar, dirigir, coordenar, controlar e avaliar os processos organizacionais do Gabinete; e	Art. 15, IX	Artigo repetido. Inserido no novo art. 15, IX, por ter redação mais clara que o anterior.
Art. 83, II	exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Diretor-Presidente	Art. 15, XIX	
Art. 83, III	monitorar a implementação e execução da Lei de Acesso à Informação no âmbito da ANS;	Art. 15, XVIII	monitorar a implementação e execução da Lei de Acesso à Informação – LAI - no âmbito da ANS; e
Art. 83, § único	O Chefe de Gabinete não substitui o Diretor na DICOL.	Art. 15, § único	
Subseção III Do Chefe de Gabinete		Subseção II Dos Diretores-Adjuntos	
Art. 84		art. 108	
Art. 84, I		art. 108, I	
Art. 84, II		art. 108, II	
Art. 84, III		art. 108, III	
Art. 84, IV		art. 108, IV	
Art. 84, V		art. 108, V	
Art. 84, § 1º		art. 108, § 1º	
Art. 84, § 2º		art. 108, § 2º	
CAPÍTULO V DOS ATOS Seção I Das Disposições Preliminares			
Art. 85		art. 109	
Art. 85, I		art. 109, I	
Art. 85, I, a		art. 109, I, a	
Art. 85, I, b		art. 109, I, b	
Art. 85, II		art. 109, II	
Art. 85, III		art. 109, III	
Art. 85, IV		art. 109, IV	
Art. 85, V		art. 109, V	
Art. 85, VI		art. 109, VI	
Art. 85, VII		art. 109, VII	
Art. 85, VIII		art. 109, VIII	
Art. 85, IX		art. 109, IX	
Art. 85, X		art. 109, X	
Art. 85, § 1º		art. 109, § 1º	
Art. 85, § 2º		art. 109, § 2º	
Art. 85, § 3º		art. 109, § 3º	
Art. 85, § 4º		art. 109, § 4º	
Seção II			

Dos Atos Privativos da DICOL

Art. 86		art. 110	
Art. 86, I		art. 110, I	
Art. 86, II		art. 110, II	
Art. 86, II, a		art. 110, II, a	
Art. 86, II, b		art. 110, II, b	
Art. 86, II, c		art. 110, II, c	
Art. 86, II, d		art. 110, II, d	
Art. 86, III		art. 110, III	
Art. 86, IV		art. 110, IV	
Art. 86, V		art. 110, V	
Art. 86, VI		art. 110, VI	
Art. 86, VII		art. 110, VII	
Art. 86, § 1º		art. 110, § 1º	
Art. 86, § 2º		art. 110, § 2º	
Art. 86, § 3º	Após assinados, os atos da DICOL definidos nos incisos II a V, assim como os definidos nos incisos VI e VII que possuam alcance externo, serão divulgados por meio de publicação oficial e, se for caso, em jornais de grande circulação, além de divulgados no sítio da ANS	art. 110, § 3º	Após assinados, os atos privativos da DICOL, que possuam alcance externo, serão divulgados por meio de publicação oficial e, se for o caso, em jornais de grande circulação, além de divulgados no sítio da ANS

**Seção III
Das Disposições Finais Acerca dos Atos**

Art. 87		Art. 111	
Art. 88		Art. 112	
Art. 89		art. 113	
Art. 89, I		art. 113, I	
Art. 89, II		art. 113, II	
Art. 90		Art. 114	
Art. 91		Art. 115	
Art. 92	As correspondências poderão ser transmitidas por equipamento de facsímile, para ciência prévia, quando for necessária maior rapidez no envio ou para a resposta;	Art. 116	As correspondências poderão ser transmitidas por meio eletrônico, para ciência prévia, quando for necessária maior rapidez no envio ou para a resposta;
Art. 93		Art. 117	
Art. 94		Art. 118	

**CAPÍTULO VI
DAS DELIBERAÇÕES E DO FUNCIONAMENTO DA DICOL**

Art. 95		art. 119	
Art. 95, § 1º		art. 119, § 1º	
Art. 95, § 2º		art. 119, § 2º	
Art. 95, § 3º		art. 119, § 3º	
Art. 95, § 4º		art. 119, § 4º	

Art. 95, § 5º		art. 119, § 5º	
Art. 95, § 6º		art. 119, § 6º	
Art. 95, § 7º		art. 119, § 7º	
Art. 95, § 8º		art. 119, § 8º	
Art. 95, § 9º		art. 119, § 9º	
Art. 95, § 10		art. 119, § 10	

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 96		Art. 120	
Art. 97		Art. 121	
Art. 98		Art. 122	
Art. 99	O quadro demonstrativo de cargos comissionados e cargos comissionados técnicos da ANS será definida por meio de Resolução Normativa específica;	Art. 123	O quadro demonstrativo de cargos comissionados e cargos comissionados técnicos da ANS será definido por meio de Resolução Normativa específica;
Art. 100	Ficam revogadas a RN nº 81, de 2 de setembro de 2004, e suas posteriores alterações.	Art. 124	Ficam revogadas a RN nº 197, de 16 de julho de 2009, e suas posteriores alterações.
Art. 101		Art. 125	